

Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

"O Brasil não tem um arcabouço de garantia" 3

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Lula diz que juro do consignado "lesa os pobres" 6

O GLOBO - ON LINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Entenda o impacto da decisão do STF sobre o terço de férias 7

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária é chance única, dizem presidentes de Bradesco e Itaú 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira veta mudança no Simples pedida por governadores 11

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Estados dizem que querem salvaguardar comércio 12

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Estou pronto para votar a reforma na 1ª semana de julho" 13

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reginaldo Lopes acredita em aprovação por mais de 400 votos 17

O GLOBO - ON LINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: coordenador admite que debate pode se estender até 14 de julho
..... 18

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Prévia do IPCA fica perto de zero com alimentos e gasolina 19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Uma reforma banguela - FÁBIO ALVES 20

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Acertar o passo para o futuro - ZEINA LATIF 21

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Volkswagen suspende produção no Brasil de todos os modelos 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Relação sem ideologia com agro 24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

IPCA-15 estável em junho	25
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Majoria no Copom vê corte dos juros em agosto se inflação continuar a cair	26
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Bolsa cai e dólar sobe após divulgação de ata e dados de inflação	29
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Arminio Fraga Mexer na meta de inflação de 3% agora seria suicida	31
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES ECONOMIA	
BC passa a bola ao governo. (Editorial)	34
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Banco Central dá pista de que Selic pode ficar lá em cima por mais tempo	35
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Prévia da inflação em junho fica em 0,04%, diz IBGE	36
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Alta da inflação engoliu a renda e provocou salto da inadimplência	37
O GLOBO - RJ - OPINIÃO ECONOMIA	
CMN deve manter intacta governança monetária (Editorial)	38
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Haddad destaca sinalização de risco fiscal afastado	39

"O Brasil não tem um arcabouço de garantia"

Rosana Hessel

São Paulo - O presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, reconhece que os juros praticados pelas instituições financeiras do país são altos, mas atribui a problemas estruturais, como tributação e inadimplência elevadas, realidade que não se vê em praticamente nenhum outro país do mundo.

No caso do rotativo do cartão de crédito, com custos anuais de 447%, Sidney destacou que o problema poderá ser resolvido com mudanças na regulação. Um grupo de trabalho criado neste governo, com integrantes da Febraban, do Banco Central e do Ministério da Fazenda, discute medidas para tentar "gradualmente" reduzir o volume de parcelamentos sem juros - que têm os custos embutidos pelas lojas e operadoras de cartões no custo final do produto -, a exemplo do que o governo vem tentando fazer com o crédito consignado.

"Estamos aprofundando os diagnósticos e vendo quais são as causas que fazem os juros do rotativo serem elevados. Nós já mapeamos um pouco esse diagnóstico.

Na nossa interação, o governo está sensibilizado com os nossos estudos. E não enxergamos que o governo vá fazer algum tabelamento de juros, porque esse é um mercado muito diferente do consignado", afirmou o Isaac Sidney, em entrevista ao Correio, em São Paulo, durante a abertura da feira Febraban Tech, o maior evento de tecnologia da informação bancária da América Latina. "Eu diria que, este é um ano muito convidativo para que a gente possa ter as conclusões do trabalho", afirmou.

Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista.

Os bancos são muito criticados pelas altas taxas que cobram.

O Banco Central, na ata do Copom, sinalizou que pode começar a reduzir os juros em agosto. Quando vamos perceber uma possibilidade de queda real dos juros?

De fato os bancos são criticados pelos juros elevados. Acho que essa crítica deveria também ser dirigida a outros atores, por exemplo, ao governo. Não me refiro ao governo do presidente Lula, mas aos governos em geral; ao Congresso, porque há muitas mudanças que podem ser feitas para que possamos endereçar as

causas com dos juros elevados.

Eu dizia, na minha fala de abertura, que a economia não aceita atalhos. Toda vez que você tenta corrigir problemas da economia com atalhos, você atrai os mesmos problemas. Você gera mais **inflação**, mais desequilíbrio fiscal e orçamentário, aumenta os juros estruturais da economia.

Isso vira um círculo vicioso. A gente precisa, então, buscar o caminho da racionalidade. Entre as causas dos juros elevados, temos o alto custo da inadimplência e a tributação. Essas duas variáveis respondem por algo em torno de 50% dos custos da intermediação.

O Brasil é um dos poucos países em que há tributação na intermediação financeira.

No mundo, isso só existe em três a cinco países relevantes na geografia global.

Como o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras)?

Além do IOF que você mencionou, há dois **tributos** federais sobre intermediação financeira: o PIS (Programa de Integração Social) e a Cofins (Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social**). Esses três **tributos** juntos geram um custo da ordem de 20% do acúmulo fiscal que incide no spread bancário.

Os chamados **tributos** indiretos não incidem sobre a rentabilidade ou o lucro dos bancos. Isso é custo na veia para o consumidor.

O Congresso tem uma chance, que eu diria única, de fazer com que, na **reforma tributária** do consumo, haja menos **tributos** indiretos na intermediação financeira. Basta fazer com que a intermediação financeira não seja tributada, como acontece na esmagadora maioria dos países do mundo inteiro. Isso não é nenhum privilégio para bancos, não estamos tratando de **tributos** corporativos que incidem sobre a renda, sobre lucratividade e sobre a rentabilidade dos bancos. Estamos falando de **tributos** indiretos.

E a inadimplência?

É o segundo problema. Nós somos, no mundo, um dos países que menos recuperam crédito. Só ganhamos da Turquia. Temos uma posição muito ruim. Além disso, o país demora muito tempo para recuperar uma

garantia; em média, quatro anos. Um país que tem inadimplência elevada, tem custo de intermediação. E se tem uma tributação elevada sobre o crédito, tem custo sobre os juros, que acabam ficando mais elevados.

Mas um dos problemas da inadimplência elevada é que os juros cobrados pelos bancos são muito altos. Quando comparamos, por exemplo, os custos do cartão de crédito daqui com os de outros países, o Brasil é infinitamente mais caro...

Mas os juros do cartão de crédito no Brasil ocorrem porque o nosso modelo é completamente diferente. No mundo inteiro, compras parceladas sem juros representam 25% da carteira de crédito. No Brasil, representam 75%. Só que esse parcelado sem juros da carteira de cartão de crédito no Brasil, de sem juros nada tem. Isso porque os lojistas e varejistas vão embutindo os juros no custo do produto. E eles fazem isso com o risco dos bancos.

Se eu comprar um eletrodoméstico parcelado e não pago, a loja vai receber do banco o pagamento, mas o banco vai ficar com a fatura em aberto e eu, como consumidor, já vou estar com o eletrodoméstico na minha casa. E de quem é esse risco?

Dos bancos. Então, tanto os lojistas quanto as empresas credenciadas para as maquininhas acabam fazendo cortesia com o chapéu alheio. Ou seja, estão se valendo do risco de crédito dos bancos. E, aí, para compensar esse risco elevado dos bancos, 25% daqueles que pagam juros, acabam pagando pelos 75% dos juros que não pagam.

O que deve ser feito, então?

Nós temos que endereçar uma das causas que é tentar, ainda que gradualmente, reduzir o parcelamento sem juros e criar algumas situações que desestimulem as lojas e as credenciadoras a parcelarem com o risco dos bancos. E, para isso, é preciso mudanças na legislação e na regulação do Banco Central e do Sistema Financeiro Nacional.

E como está esse processo?

Temos um grupo de trabalho recém-criado, neste ano, com participação do Ministério da Fazenda, do Banco Central e da Febraban. Esse grupo tem cerca de 45 dias a dois meses. Estamos aprofundando os diagnósticos e vendo quais são as causas que fazem os juros do rotativo serem elevados. Nós já mapeamos um pouco esse diagnóstico. Na nossa interação, o governo está sensibilizado com os nossos estudos. E não enxergamos que o governo vá fazer algum tabelamento de juros, porque esse é um mercado

muito diferente do consignado. Cerca de 40% de todo o consumo no Brasil se dá por meio de compras por cartão de crédito. Isso representa algo como 20% do **PIB** numa carteira de R\$ 2,1 trilhões.

O senhor está otimista?

Já temos consciência e convicção de que o governo entende a complexidade dessa cadeia, que envolve bancos emissores, as maquininhas das credenciadoras, as bandeiras, os lojistas, o consumidor, o Banco Central, a Fazenda. O importante é que todos esses atores conversem e encontrem a solução adequada. A minha expectativa é positiva. Se tivermos tempo e racionalidade econômica nesse debate, vamos encontrar uma solução para baratear os juros do rotativo.

Tem alguma previsão de prazo?

Eu diria que este ano é muito convidativo para que a gente possa ter as conclusões do trabalho.

Alguma estimativa de queda de custo de hoje de mais de 400% ao ano?

A redução vai depender daquilo que for possível fazer. Na verdade, para ser preciso, o último dado do Banco Central, da nota de crédito de maio, o custo do rotativo estava em 447% ao ano. Mas ninguém paga no Brasil sem juros, porque a média que alguém fica no rotativo do cartão de crédito é de 18 dias por ano. Esse é um patamar em que o Banco Central pega a taxa mensal e anualiza. Mas há uma regra do Banco Central que determina que, no máximo, os clientes fiquem no rotativo por 30 dias. Portanto, não há como ficar todo o ano nessa faixa. Mas é uma taxa anualizada e proporcional muito elevada.

É impraticável.

Nós nunca deixamos de reconhecer que os juros bancários no rotativo são elevados. A questão não é se são, mas por que são elevados.

É porque tem causas estruturais, como inadimplência, como carga fiscal, como falta de informação, como assimetria de informação dos tomadores de crédito. Ainda tem a falta de garantias.

O Brasil não tem um arcabouço legal de garantias. Nós não recuperamos os créditos. Se conseguirmos endereçar isso, a gente tem um caminho.

» A jornalista viajou a convite da Febraban

"Nós somos um dos países que menos recuperam crédito. Só ganhamos da Turquia. Temos uma posição

muito ruim. O país demora, em média, quatro anos para recuperar uma garantia"

"O Brasil é um dos poucos países em que há tributação na intermediação financeira. No mundo, isso só existe em três a cinco países relevantes na geografia global"

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/06/28/all.pdf>

Lula diz que juro do consignado "lesa os pobres"

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou ontem que vai conversar com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre uma forma de reduzir as taxas de juros cobradas em operações de crédito consignado. Ele também indicou que pretende conversar com líderes de bancos sobre o assunto. Tratam-se de empréstimos cujas parcelas são descontadas nos contracheques de trabalhadores, reduzindo o risco para a instituição financeira. Em sua transmissão ao vivo semanal nas redes sociais, Lula disse que os juros altos estão "lesando o povo pobre".

-O que me deixa indignado é o seguinte: o juro, o juro (do)consignado, o crédito consignado, é dado para quem tem emprego garantido, que é descontado no salário, portanto não tem como perder, é 1,97%, o que dá quase 30% ao mês (na verdade, esse percentual é anual e só vale para aposentados e pensionistas do **INSS**). Então, a minha pergunta é a seguinte: como é que o cara que ganha R\$ 2 mil, que pega R\$ 1 mil no crédito consignado, para pagar 30% ao mês (ao ano), e eu estou emprestando para os grandes a 10% ao mês (ao ano)? O deles também é caro, quero deixar claro.

VAIVÉM DO CONSIGNADO

Lula completou: -Mas isso é triplamente caro.

Então, isso aqui eu vou conversar com o Haddad, com os presidentes dos bancos para saber como é que a gente está lesando o povo pobre nisso.

Sob o comando do ministro da Previdência, Carlos Lupi, o Conselho Nacional da **Previdência Social** (CNPS) chegou a aprovar uma redução no limite da taxa de juros para os empréstimos consignados de 2,14% ao mês para 1,70%. Porém, a medida não havia sido alinhada com o governo e com o setor financeiro. Bancos públicos e privados chegaram a suspender a concessão de novos empréstimos nessas linhas de crédito por dias, alegando que a taxa reduzida não cobria o custo da operação.

O ministro da Previdência defendia uma taxa abaixo de 1,90% ao mês, enquanto os bancos privados queriam um teto de ao menos 1,99%. A decisão final veio do próprio presidente Lula. O CNPS aprovou, no fim de março, a taxa de juros de, no máximo, 1,97% para os aposentados e pensionistas. A alteração

encerrou o impasse iniciado em 16 de março, e as operações foram retomadas nos bancos no dia 28 do mesmo mês.

As declarações foram dadas por Lula na terceira edição de sua live semanal, batizada de "Conversa com o presidente".

As transmissões são feitas do Palácio da Alvorada, sua residência oficial, e transmitidas por seus perfis nas redes sociais e pelo site da TV Brasil, canal estatal de comunicação. A TV Brasil diz que a transmissão é feita de acordo com contrato com a Secretaria de Comunicação (Secom) da Presidência da República. O conteúdo da live não é transmitido na grade de programação aberta do canal de TV estatal.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Entenda o impacto da decisão do STF sobre o terço de férias

Por *Dimitrius Dantas e Pollyanna Brêtas - Brasília e Rio*

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça suspendeu o andamento de todos os processos sobre a tributação do chamado terço das férias, o pagamento adicional de um terço do salário feito pelos empregadores aos trabalhadores no mês de descanso anual. A decisão, proferida ontem, não muda nada para os assalariados, mas atinge ações que têm um impacto bilionário para empresas em todo o país.

Em 2020, o Supremo determinou que as empresas devem considerar no cálculo da contribuição previdenciária os valores referentes ao terço das férias. Entretanto, os ministros, à época, não detalharam como seria a aplicação dessa regra, particularmente a partir de quando deve valer.

Falta a chamada "modulação dos efeitos", que vai determinar, por exemplo, se as empresas deverão pagar as contribuições previdenciárias retroativas sobre o terço de férias passadas dos empregados ou se deverão realizar as contribuições somente a partir de agora.

A decisão de ontem não afeta o bolso do trabalhador, mas das empresas. Dependendo da decisão final do Supremo sobre se os pagamentos deverão ser retroativos, o impacto será nas contas dos empregadores. E pode ser de R\$ 80 bilhões a R\$ 100 bilhões.

A decisão de Mendonça, entretanto, é um respiro para as companhias atingidas pela decisão de 2020. Com a interrupção dos processos na Justiça e na Receita, as empresas não podem ser obrigadas por decisões de instâncias inferiores, a pagar esses valores antes da decisão final do Supremo sobre a retroatividade.

Em todo o país, decisões em tribunais estão aplicando a tese da tributação do terço de férias, já seguindo decisão do Supremo. E muitas empresas têm recorrido de autuações da Receita.

Segundo a Associação Brasileira da Advocacia Tributária (Abat), autora do pedido de suspensão no STF, a situação atual, com sentenças contraditórias no país, poderia levar a uma diferença de aplicação da decisão para cada empresa, ferindo o princípio de

isonomia entre os negócios.

"Alguns contribuintes possuem decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado enquanto outros estão sendo cobrados administrativa e judicialmente", diz a Abat na ação.

Em sua decisão, Mendonça concordou com a entidade e suspendeu a tramitação de todos os processos "potencialmente atingidos pela possível modulação de efeitos a ser feita pelo plenário presencial".

Michelle Pimenta Dezidério, advogada trabalhista do escritório Chediak Advogados, explica que o processo só afeta o valor devido à União como contribuição previdenciária das empresas sobre o terço de férias, e não há repercussão direta para trabalhadores. Não há risco de redução ou desconto no pagamento do benefício recebido por empregados.

- O que está em discussão é a incidência do **INSS** patronal, é a cota da empresa que está sendo discutida. E como houve decisões absolutamente divergentes, gerou-se uma insegurança jurídica muito grande para as empresas - ela diz.

Segundo a Abat, o impacto estimado entre R\$ 80 bilhões e R\$ 100 bilhões para as empresas leva em consideração no cálculo a possibilidade de a cobrança retroagir cinco anos. De acordo com a advogada Nina Pencak, dirigente da entidade, consta no STF a tramitação de pelo menos de 22.634 ações judiciais sobre o tema.

A indefinição gerou autuações e multas aplicadas pela **Receita Federal** sobre empresas que não recolheram contribuição previdenciária sobre o terço de férias, gerando uma enxurrada de ações judiciais questionando as cobranças.

A decisão de Mendonça soa como um alívio para as empresas que foram alvo do Fisco porque suspende também as sanções administrativas.

- É um alívio momentâneo, pois evita que as decisões desfavoráveis aos contribuintes transitem em julgado enquanto o STF não decidir acerca da modulação - diz Nina.

Segundo tributaristas, praticamente nenhuma empresa

recolhia o tributo até 2020. Isso porque, em 2014, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) havia firmado posição contra a cobrança em um julgamento repetitivo, que envolve juízes e desembargadores.

Em 2020, o STF mudou o entendimento, mas não fez a modulação. Os processos judiciais e administrativos para recolher o retroativo de cinco anos (de 2015 a 2020) ficaram em aberto.

- Da data do julgamento do STF, em 2020, para frente não há o que fazer. Mas antes, procedendo de acordo com a decisão do STJ, o assunto estava pacificado. As empresas não faziam recolhimento. E foram surpreendidas com autuação administrativa com multa, que acrescenta 75% do valor devido, fora a atualização pela Selic (13,75% ao ano). Por isso, a modulação é extremamente necessária - diz Chede Suaiden, sócio da área previdenciária do Bichara Advogados.

Luiz Alfredo Bianconi, do Bianconi Advocacia e Consultoria Jurídica, reforça a importância da modulação para eliminar a insegurança jurídica:

- Várias empresas, inclusive amparadas por ação judicial, não faziam mais o recolhimento do **INSS** sobre tal verba, por esta ter o caráter indenizatório, conforme decidido pelo STJ em 2014. O pedido de modulação, se aceito pelo STF, impediria essas cobranças retroativas, cabendo à Receita exigir somente os valores posteriores a agosto de 2020.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/06/entenda-o-impacto-da-decisao-do-stf-sobre-o-terco-de-ferias.shtml>

Reforma tributária é chance única, dizem presidentes de Bradesco e Itaú

Lucas Bombana

Presidentes de bancos defenderam nesta terça-feira (27) a **reforma tributária**, classificada por eles como uma "oportunidade única" para o Brasil.

Presidente do Bradesco, Octavio de Lazari Junior afirmou que o país tem condições de entrar no radar do capital financeiro global, se conseguir avançar com medidas importantes como a **reforma tributária**, o arcabouço fiscal e a redução dos juros.

"A **reforma tributária** está no forno e talvez seja a melhor oportunidade dos últimos 20,30 anos que a gente tem de fazer uma **reforma tributária** que ajuste o custo das empresas brasileiras para gerir esse tributário que é extremamente elevado e que está no custo Brasil", afirmou durante o evento FebrabanTech, organizado pela federação dos bancos, em São Paulo.

O evento, que acontece no Transamerica Expo Center, na zona sul da capital paulista, até esta quinta (29), gerou congestionamento na região pela manhã. Há uma roda-gigante disponível para os participantes que quiserem ter uma visão ampliada da região. A expectativa dos organizados é que 30 mil pessoas circulem nos três dias do evento.

Lazari Junior acrescentou que há um grande volume de capital disponível nos mercados globais e que o país precisa ajustar algumas coisas que "ainda não estão muito bem ajustadas" para competir por esses recursos.

"**Reforma tributária**, arcabouço fiscal, redução da taxa de juros, tudo isso vai ser fundamental para que a gente esteja definitivamente nesse mapa de investimentos", afirmou o executivo.

"Temos oportunidade muito grande de atrair investimentos estrangeiros, o mundo está olhando quais são as oportunidades de investimento, porque tem muito capital para alocar", acrescentou. "E o Brasil se destaca como um dos principais destinos, mas ainda precisa ajustar coisas. É uma oportunidade que talvez demore mais 20 anos para aparecer de novo."

Presidente do Itaú, Milton Maluhy Filho endossou o discurso do concorrente e também defendeu a aprovação da **reforma tributária** no Congresso. "O

país está passando por uma oportunidade única, e a gente tem que aproveitar essa oportunidade. Essas janelas não aparecem todos os dias", afirmou.

O executivo qualificou a **reforma tributária** como "superimportante" e pontuou que o país está às vésperas de uma votação sobre o tema na Câmara. "Temos que ter visão coletiva de país, não de cada setor", defendeu ao tratar da **reforma tributária**.

Em vídeo gravado para o evento, o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) afirmou que o setor financeiro tem ajudado o governo nas discussões de pautas importantes no campo econômico, referentes ao novo arcabouço fiscal e à **reforma tributária**.

"O setor financeiro tem sido um grande parceiro para difundirmos na sociedade brasileira a importância do novo regime fiscal e de uma **reforma tributária** que estimule a produção e desonere completamente o investimento e também desonere completamente as exportações do nosso país", afirmou Alckmin.

O vice-presidente lembrou ainda que recentemente o BNDES se filiou à Febraban, uma aproximação que, segundo ele, permitirá que governo e iniciativa privada concebam uma política de crédito equilibrada e consistente com as necessidades de consumo e investimento no Brasil.

Também durante a abertura do evento, o presidente da Febraban, Isaac Sidney, fez uma defesa do papel dos bancos na economia brasileira e de sua importância na área social. E tratou rapidamente do nível dos juros no país.

"Juros são consequência de problemas da economia", afirmou, em um discurso que vem sendo adotado pela Febraban ao tratar das taxas cobradas de famílias e empresas. "Investimentos não dialogam com incertezas", acrescentou.

De acordo com Isaac, o país precisa "urgentemente baratear custo do crédito". "Precisamos atacar as causas dos custos da intermediação financeira", disse.

Em sua fala, Lazari também tratou rapidamente dos juros. Segundo ele, o país está "quase" na redução da taxa de juros.

Sidney também fez críticas às fintechs, que têm ganhado espaço nos últimos anos.

"Somos, por vezes, qualificados pela concorrência recém-chegada como instituições tradicionais, os bençãos, geralmente acompanhado de um tom de demérito, quase acusatório. Aqui cabe uma reflexão, o tom jocoso da concorrência revela algo que aqueles que nos criticam não têm: eles não têm história. Nós temos uma bela história", afirmou o presidente da Febraban.

"Não é depreciativo ter história, presença física em todos os estados do país e estar no dia a dia de milhões de empresas e pessoas."

O presidente da Febraban afirmou também que os bancos seguirão sendo protagonistas na frente de melhores práticas de sustentabilidade e políticas verdes.

"Há poucas semanas, depois de mais de um ano de conversas com toda a indústria bancária, com o setor de carnes, ONGs e vários órgãos do governo, anunciamos a autorregulação para cadeia de carnes na região da Amazônia Legal e Maranhão", afirmou Sidney.

Presidente do Itaú, Milton Maluhy Filho afirmou que a intenção do banco é contribuir para a transição dos clientes para a adoção de práticas mais sustentáveis em suas operações. "A gente quer ser o banco da transição, apoiar os nossos clientes nesse processo", disse o executivo.

Ele acrescentou que o Itaú aprovou no ano passado um projeto que prevê a concessão de créditos da ordem de R\$400 bilhões em projetos de clientes que promovam práticas sustentáveis até 2025. Até aqui, R\$ 300 bilhões já foram liberados. A expectativa é que o montante previsto seja revisado conforme as metas forem alcançadas, disse.

Presidente do BTG Pactual, Robertou Sallouti afirmou que o banco prepara a estruturação de um fundo voltado ao reflorestamento no valor de US\$ 1 bilhão. Cerca da metade do valor já está reservada por grandes investidores internacionais e governos, incluindo o dos Estados Unidos.

Presidente da Caixa, Maria Rita Serrano disse que a sustentabilidade ocupa um papel de destaque dentro do plano estratégico do banco para os próximos anos.

Com Reuters

Reforma tributária, arcabouço fiscal, redução da taxa de juros, tudo isso vai ser fundamental para que a

gente esteja definitivamente nesse mapa de investimentos

Octavio de Lazari Junior presidente do Bradesco

O país está passando pruma oportunidade única, e a gente tem que aproveitar essa oportunidade.

Essas janelas não aparecem todos os dias

Milton Maluhy Filho presidente do Itaú

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50321&anchor=6479423&maxTouch=0&_ga=2.57706282.1421635523.1687143802-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=c41ad65ad6a9bd33b68488944567aa0e

Lira veta mudança no Simples pedida por governadores

MARIANA CARNEIRO ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), vetou o pedido dos governadores de assumirem a administração do Simples Nacional e disse a eles que tentativas de mexer no regime especial de tributação podem ameaçar a viabilidade da reforma tributária.

O recado foi dado diretamente aos líderes estaduais em reunião a portas fechadas na última quinta-feira. Naquele mesmo dia, à noite, o relator da reforma, Aguinaldo Ribeiro (PPB), admitiria que não havia espaço para avançar nessa frente.

"É o mesmo que dar um tiro na testa da reforma. Esqueçam isso, não tem nem possibilidade de a gente tratar desse assunto porque é um tema muito sensível", disse Lira, aos governadores.

"Essa inovação a gente já descarta por aqui." Na semana passada, secretários estaduais de Fazenda haviam deliberado, por maioria, que a administração do Simples deveria ficar a cargo do conselho federativo a ser criado pela reforma - e que gerenciará o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), novo imposto que unificará o ICMS (estadual) e o ISS (municipal).

Dada a relevância do Simples - são quase 22 milhões de empresas no regime, e, em alguns Estados, elas representam quase a totalidade dos CNPJs -, os secretários dizem que é preciso dar uma "gestão mais técnica" ao modelo, assumindo, inclusive, a responsabilidade de definir os limites de enquadramento.

TETO. Hoje, os tetos são atualizados pelo Congresso e, por isso, calibrados ao sabor da política.

O último reajuste ocorreu em 2018, quando o limite subiu de R\$ 3,6 milhões para R\$ 4,8 milhões de receita bruta por ano. Mas há um projeto de lei que propõe dobrar esse valor.

Para os secretários estaduais de Fazenda, essas atualizações têm impacto na arrecadação de todos os entes da federação, pois empresas de maior porte passam a entrar no regime simplificado e a recolher menos tributos.

Por isso, eles entendem que essas decisões devem

ser tomadas à luz da análise fiscal.

O assunto foi levado à reunião com Lira pelo presidente do Comsefaz (Conselho dos Secretários de Fazenda), Carlos Eduardo Xavier, que enumerou pedidos dos Estados na reforma, alguns deles ainda em aberto, e que serão objeto de negociação nesta semana.

Na conversa, Lira e Ribeiro, que também participava da reunião, ouviram que a maioria dos Estados prefere uma transição mais curta na mudança da arrecadação do local de produção para o destino do consumo, em vez dos 50 anos previstos por Ribeiro - 26 anos, com a fixação de um seguro contra perdas de arrecadação. E também uma fórmula para a divisão do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) - que vai compensar Estados e municípios pelo fim dos incentivos - que leve em consideração o "**PIB** invertido", ou seja, que regiões mais pobres recebam mais.

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

Lira veta mudança no Simples pedida por governadores

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Estados dizem que querem salvaguardar comércio

Dias antes do encontro do presidente da Câmara, Arthur Lira, e do relator da **reforma tributária**, Aguinaldo Ribeiro, com o representante do Comsefaz, Carlos Eduardo Xavier, governadores do Centro-Oeste e do Espírito Santo disseram a Ribeiro que mexer no Simples era também uma forma de criar salvaguardas ao comércio local. A proposta é estipular que empresas do regime simplificado não podem gerar e usufruir de créditos em operações interestaduais, restringindo o benefício a operações internas.

O intuito, segundo o governador do Mato Grosso, Mauro Mendes (União Brasil), é evitar que grandes varejistas do comércio eletrônico, que servem como pontos de venda online, engulam o varejo local.

Até agora, Ribeiro limitou-se a prometer que o Simples terá o mesmo tratamento diferenciado concedido à Zona Franca.

Tributaristas dizem que a proposta de Ribeiro não prevê que as empresas do Simples vão usufruir do benefício da "não cumulatividade plena", que é o espírito da **reforma tributária**, e delega a decisão para legislação complementar.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Estou pronto para votar a reforma na 1ª semana de julho"

Relator da **reforma tributária**, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) destaca que a União aceitar, pela primeira vez, aportar recursos próprios para financiar investimentos e convalidar os incentivos fiscais dados pelos Estados é um marco histórico para aprovação da **reforma tributária** e descarta adiar a votação. "Quem estabelece data é o presidente da Câmara. Ele marcou para a primeira semana de julho, o texto já está sendo debatido e estou pronto para votar na próxima semana", disse, em entrevista exclusiva ao Valor nessa terça-feira.

Mesmo que ainda não exista acordo em torno do valor do fundo de desenvolvimento regional, com uma disputa para que fique entre R\$ 40 bilhões e R\$ 75 bilhões, Ribeiro ressalta que o gesto do governo federal levou os governadores a aceitarem, também de forma inédita, que a unificação do ICMS e uma legislação única federal de fato ocorram.

Na legislatura anterior, ele lembra, foi justamente esse o ponto que travou de vez a proposta.

O outro entrave que existe são resistências no setor agropecuário, parcialmente resolvidas com alíquotas reduzidas e um regime especial para os produtores com faturamento de até R\$ 2 milhões por ano, e dos empresários de serviços, que continuam em grande parte insatisfeitos. Para Ribeiro, esses descontentamentos serão resolvidos com os mecanismos já incluídos no substitutivo de quinta-feira e com mais informação. O setor de serviços, argumenta, não sabe hoje quanto paga de **impostos**, que se acumulam dentro da cadeia produtiva e, por isso, faz a avaliação incorreta de que pagará mais. "O sistema hoje é injusto inclusive com esses setores porque eles se equivocam também no cálculo." Ele rebate que a criação de três alíquotas diferentes, com valores distintos para produtos de higiene e da cesta básica em relação aos demais bens, por exemplo, vá tornar o sistema tão complicado quanto o atual. "O que o torna complexo hoje é que cada Estado tem alíquotas próprias para uma infinidade de produtos e há cumulatividade dentro da cadeia produtiva. Isso vai acabar", diz.

Cita, ainda, que a reforma cria a possibilidade de desonerar completamente o transporte público coletivo. "Vamos reduzir a tarifa de ônibus para quem paga todo dia", afirma. Veja, a seguir, os principais

pontos da entrevista: Valor: Qual o calendário agora?

Aguinaldo Ribeiro: Trabalhamos dentro do calendário que o presidente [da Câmara] Arthur Lira fixou, que é [votar] na primeira semana de julho. Estamos ouvindo entes federados e setores.

Vamos ouvir, refletir e fazer a discussão política. Já tenho conversado com os líderes dos partidos para aprofundar essa construção de termos um texto que tenha a chancela da política, os votos para aprovar. Não ouvi ainda nenhum argumento que fosse consistente para adiar. Estamos no processo normal de tramitação de uma matéria como essas, fazendo os últimos ajustes, os últimos acordos. Tratativas que vão seguir até o dia da votação.

Valor: Quais pontos foram alvos de mais pedidos de ajuste?

Ribeiro: Conceitualmente o texto foi muito bem recebido porque está estruturado num conceito que defende um país mais competitivo, mais produtivo e mais justo. Há preocupações específicas de um setor determinado, preocupações com um eventual efeito, às vezes por falta de compreensão do que é a própria proposta. Essa dificuldade de pensar na lógica do novo sistema faz com que algumas pessoas se preocupem muito com o IVA [Imposto sobre Valor Adicionado].

Vivemos um regime complexo há 50 anos e romper com essa ideia é um desafio como sociedade.

O fato de iniciar a reforma pelo consumo nos possibilitará mudar a lógica distorcida entre renda, patrimônio e consumo que existe só no Brasil.

Valor: O setor de serviços tem dito que perderá com a reforma.

Ribeiro: Não é perder. Esse é o velho pensamento. Quem está pensando assim está pensando com a cabeça de hoje. Estamos propondo um novo modelo para o país. No IVA não há alíquota para setor, não funciona assim. Se fosse assim, a gente estaria fazendo a mesma coisa que já temos. Se a demanda de todos os setores é manter o que cada um paga hoje, então é o sistema que a gente já tem, que é injusto inclusive com esses setores porque eles se

equivocam no cálculo. Não consideram que pagam **impostos** embutidos dentro do preços e que, com o IVA, haverá clareza e sistema de créditos. O setor de serviços é muito amplo. Por exemplo, 90% dessas empresas estão no Simples e terão a opção de continuar no Simples ou migrar para o novo sistema, dependendo da conveniência delas. Existe preocupação muito exacerbada [sobre aumento de carga tributária] ou equívoco na avaliação desses impactos.

Quando temos a oportunidade de explicar como se faz a conta, a pessoa começa a raciocinar. [...] Mas estamos abertos para que se tragam as preocupações, com dados concretos, para que possamos checar a informação e ver se existe de fato alguma distorção ou não.

Valor: A Confederação Nacional do Comércio divulgou estudo em que diz que haverá aumento da carga tributária para os serviços.

Ribeiro: Aquele é um material que não dá para comentar. É uma opinião com três ilustrações que traz um impacto, mas não diz como é que se deu esse impacto. Se cada um olhar para si, vamos contribuir para que o país continue a ser como é, sem conseguir crescer. Estamos discutindo esse modelo há muitos anos, que foi testado em vários países. Não é uma aventura que vamos trilhar.

Valor: O senhor mesmo admite que o ICMS era para ser simples e não cumulativo, mas que foi distorcido.

O que garante que isso não ocorrerá de novo pós-reforma?

Ribeiro: No texto que apresentamos há obrigatoriedade dos dois **impostos** [o IVA federal e o subnacional] funcionarem da mesma forma. Como estamos amarrando no texto constitucional?

O que vale para um vale para o outro, inclusive as reduções, os tratamentos e as imunidades, para que não se tenha distorção depois e também se evite aumento de carga. Um sistema simples de se pagar também contribui para aumentar a arrecadação, diminuir a sonegação e melhorar a formalização da economia. Há potencial arrecadatório muito maior, o que possibilita que seja possível reduzir a alíquota depois, que é o desejo de todos.

Valor: Há reclamações de que a trava contra alta da carga não é efetiva.

Como se calculará a alíquota?

Ribeiro: A conta da carga tributária será feita

efetivamente, no momento da aprovação da própria lei complementar. Não iríamos inovar e colocar alíquotas na Constituição. O cálculo tem uma regra técnica. Basicamente, ela refletirá aquilo que pagamos hoje na alíquota atual sobre o consumo equivalente a soma desses **impostos**.

Valor: Um dos grandes impasses é quanto a União vai aportar nos fundos regionais. Os Estados querem R\$ 75 bilhões, mas o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fala em R\$ 40 bilhões. Como resolver?

Ribeiro: Quanto sobra do Orçamento federal para investimento?

[São R\$ 70 bilhões em 2023].

Então o valor que ele quer é expressivo.

Pode ter negociação, mas a reforma já trouxe grandes avanços federativos. Que governo toparia bancar também a convalidação dos benefícios fiscais dos Estados? Com isso, não vamos romper contratos e nem causar insegurança jurídica. A União bancar é dizer: "olha, vocês precisam acreditar no país". Muita gente ainda não tem a dimensão do que esse gesto significou.

E são R\$ 40 bilhões em valores de hoje, mas que serão corrigidos pela **inflação**, e parte já começará a ser paga agora, em 2025, antes mesmo da unificação do ICMS.

Valor: O fundo pode ser gasto com investimento, mas também permite ao Estado conceder incentivo tributário para atrair empresas.

É uma nova forma de guerra fiscal?

Ribeiro: Mas o Estado terá um limite anual e trará mais qualidade de investimentos. Às vezes, você traz empresa, mas o emprego é muito caro para o Estado e isso hoje não fica muito claro para a sociedade. Esse modelo vai qualificar a política, o incentivo vai constar do Orçamento e a população vai poder questionar. Poderá fazer a conta de quanto estou pagando para cada emprego gerado e se vale a pena o incentivo.

Valor: Haverá uma reunião entre governadores e União para definir o valor dos fundos regionais?

Ribeiro: Vai ter muita conversa nos próximos dias. Me animei muito com governadores com quem falei depois da reunião da semana passada, que foi muito boa. Há disposição de realmente ter uma federação cooperativa que vise um novo Brasil. Não dá para pensar só como Estado, como prefeitura. Se o país não cresce, ninguém cresce. Temos compromisso

político com os governadores, patrocinado pelo presidente Arthur Lira. Ainda não tive uma posição do Comsefaz, nem dos governadores. Vamos aguardar para que tenhamos o correto endereçamento, respeitando o máximo de consenso possível.

Valor: O parecer prevê três alíquotas para o IVA, com valores distintos, por exemplo, para os produtos da cesta básica, que hoje são mais de 1,3 mil. O sistema ficará mais complexo do que o desejado?

Ribeiro: Uma coisa era o cenário ideal. Eu defendia um IVA único e não houve as condições políticas, então será um IVA dual.

Hoje a cesta básica é isenta no âmbito federal, mas no estadual não é e tem alíquotas que variam de Estado para Estado e sobre cada item. É uma confusão. Fizemos uma média nacional, com base em estudos, e com a alíquota reduzida em 50% tenho convicção absoluta de que não teremos oneração. Uns Estados cobram mais sobre determinados produtos, outros cobram menos.

Então podem pegar algum produto e, numa narrativa de desinformação, cálculo inconsistente ou mal-intencionado, lamentavelmente tentar criar um fato de que "vai dobrar, triplicar" o imposto, quando na verdade não é isso. Tem que fazer a conta pela média. E tem também o período de transição, que mitigará qualquer problema em relação a isso.

Valor: Há preocupação de que o texto diz que "poderá" haver redução de 50% na alíquota para educação, saúde, cesta básica, entre outros, mas que está no campo do "pode" e não do "terão".

Ribeiro: É debate que tive [ontem] de manhã com os consultores e que continuamos porque é aquela história da técnica legislativa.

Estamos estudando como encontrar a melhor forma de ser claro, respeitando a técnica legislativa, mas já me posicionei com muita clareza quando apresentei o relatório. Qual era o sentido de colocar os setores no texto se não fosse para atendê-los?

Valor: O senhor falou que fez as alterações com base nos estudos. O secretário especial da **reforma tributária**, Bernard Appy, prometeu em março que apresentaria o impacto por setor, mas nunca mostrou os dados. Não faltou isso?

Ribeiro: Aí vou pedir vênha para que você procure o Appy, que é quem falou. A gente recebeu estudos de inúmeros setores, confrontei com dados da academia e da Receita e fizemos a discussão com base nisso. Houve muita discussão com a sociedade, tudo de

forma muito transparente, cobramos metodologia assinada.

Alguns setores foram convencidos.

O desafio é que as vezes eu pedia informação que ninguém tem, por conta da complexidade.

Valor: Houve reunião na segunda-feira do Instituto Pensar Agro (IPA), que financia a bancada ruralista, e ainda há resistências. Querem, por exemplo, alíquota reduzida em 80% para a cesta básica.

Ribeiro: Estou tratando com os deputados, o Pedro Lupion, com o Sérgio Souza, com o Arnaldo Jardim e com o próprio presidente Arthur, que estão falando em nome do setor agropecuário. Fizemos reunião e tudo que nos pediram foi levado em consideração.

Pode ter algum ponto aqui ou acolá [não incluído], mas pactuamos para que se possa caminhar com tranquilidade. Pode ter ajuste redacional, algo precisar ser tratado com mais clareza.

Valor: Há pressão contra a taxaçaõ de jatinhos e embarcações? Há empresários do agro reclamando que há veículos em nome próprio, mas usados para os negócios...

Ribeiro: Acho que não é o objetivo da frente [ruralista]. Foram muito claros para mim: a frente quer defender o produtor. Não é o rico do agro. O texto faz essa ressalva, o avião certificado para pulverizar o defensivo agrícola e o barco do pescador não serão taxados.

Mas não vi questionamentos à taxaçaõ [em geral], [a isençãõ] é algo difícil de defender.

Valor: Os prefeitos de capitais ainda estão resistentes?

Ribeiro: A Confederação Nacional dos Municípios tem papel hoje fundamental pra que a gente possa avançar. Atendemos aos pedidos deles [como correção do IPTU por ato do Executivo]. E mesmo a Frente Nacional dos Prefeitos, onde ainda há alguma resistência, teve demandas atendidas.

A gente vai levar pro cidadão redução da tarifa de transporte público, vai zerar [o IVA do setor]. Isso terá impacto direto para quem pega ônibus todo dia.

Valor: O cashback dos **impostos** visava substituir a desoneração da cesta básica, mas a desoneração será mantida e o cashback será uma alternativa de política distributiva.

Ribeiro: Não houve consenso nem no grupo de

trabalho sobre como deve funcionar o cashback, quais os moldes. Então vamos criar o conceito na Constituição e deixar a discussão para a regulamentação por lei complementar.

"Tenho conversado com os partidos para termos um texto como chancelada política"

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187587?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187587?page=1§ion=1)**

Reginaldo Lopes acredita em aprovação por mais de 400 votos

Apesar das críticas de alguns setores da economia, o coordenador do grupo de trabalho que discute a **reforma tributária** na Câmara, deputado Reginaldo Lopes (PTMG), afirmou nessa terça-feira que será possível construir o apoio necessário para aprovar a proposta de emenda à Constituição (PEC) com mais de 400 votos. Ele admitiu, contudo, que a votação pode ser na segunda semana de julho. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), quer votar a reforma na primeira semana do mês.

"Eu acho que a gente vai construir na próxima semana, no mais tardar na outra, o conjunto de votos necessários para aprovação da **reforma tributária**", afirmou Lopes durante audiência para discutir os impactos do texto na indústria, no comércio e nos serviços. "Vamos aprovar essa reforma no primeiro e no segundo turno com mais de 400 votos", completou.

Ele disse que os consensos estão sendo construídos porque há um alinhamento da Câmara, do Senado e do Executivo, além da disposição em ouvir todos os setores.

Contudo, na audiência pública, o setor de serviços voltou a mostrar preocupação com eventual majoração de carga.

"Se a gente estivesse falando de um IVA de 10%, 12%, mas a gente está ventilando um IVA de 25%, então teremos um tributo elevado", afirmou Gilberto Alvarenga, consultor tributário da Confederação Nacional do Comércio (CNC). "Temos uma grande preocupação do impacto disso [da alíquota] nas empresas prestadoras de serviço. As empresas podem ter aumento significativo da carga tributária.

E nossos associados não veem a possibilidade de repassar [esse aumento] para o consumidor", completou.

Já o secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, afirmou que "não faz sentido" manter as cargas efetivas dos **impostos** que incidem sobre o consumo próximas do nível atual, porque existem distorções tributárias que precisam ser eliminadas.

Appy voltou a dizer que o setor de serviços não vai ser prejudicado.

"Como a **reforma tributária** aumenta a renda das famílias, o setor de prestação de serviços para famílias é o que mais se beneficia do efeito da reforma", disse.

Ele criticou uma pesquisa da CNC que calcula que, se aprovado o texto apresentado pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PPPB), a carga tributária no setor de serviços pode crescer até 170%.

Segundo Appy, esse tipo de análise "gera má informação", porque o estudo dá a impressão que o custo final para o consumidor pode "explodir", o que não é verdade, na sua avaliação. "Quando a pessoa está vendo [a pesquisa], acha que o preço do produto vai mais que dobrar, triplicar. Como vai acontecer isso com uma alíquota [do IVA] estimada em 25% por fora?", questionou.

Também durante a audiência, Mário Sérgio Telles, gerente executivo de Economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), avaliou que o texto da reforma "resolve os problemas da economia brasileira". Entre os principais pontos positivos, ele destacou a redução da cumulatividade.

Por fim, Telles ressaltou ser importante haver uma "moderação" nas exceções ao pagamento do futuro Imposto sobre Valor Agregado (IVA), para não haver uma majoração da alíquota padrão. Essa alíquota será calculada depois e fixada em lei complementar.

"O setor de prestação de serviços é o que mais se beneficia" Bernard Appy

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187587?page=1§ion=1>

Reforma Tributária: coordenador admite que debate pode se estender até 14 de julho

Por Victoria Abel - Brasília

O coordenador da **Reforma Tributária** na Câmara dos Deputados, Reginaldo Lopes (PT-MG), já considera a possibilidade do debate em torno da proposta se estender até o dia 14 de julho. A previsão inicial do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), era votar a proposta na semana que vem, mas setores empresariais, governadores e prefeitos têm apresentado resistências ao substitutivo já publicado.

- Vamos ampliar o diálogo. A ideia é iniciarmos o debate na semana que vem. Acho que vamos conseguir votar na semana do dia 4 a 7, ou na semana do dia 11 ao dia 13. Temos até o dia 13 e 14 para votar, trabalhamos com a hipótese de votar na próxima semana, mas depende do debate.

Reginaldo ressaltou que é fundamental votar a reforma na Câmara antes do recesso, para garantir uma isonomia no tempo de análise entre Câmara e Senado.

- A Câmara teve o primeiro semestre de 2023, queremos dar ao Senado o segundo semestre de 2023.

Em resposta a setores, como serviços, que temem um aumento da carga tributária, Reginaldo Lopes disse que o texto da proposta tem amarras que garantem a manutenção, ou queda das alíquotas.

- O primeiro compromisso é não aumentar a carga tributária. Colocamos no substitutivo que qualquer aumento da arrecadação vai incidir na redução da alíquota sobre o consumo. Se aumentar a arrecadação, imediatamente vamos reduzir o valor do imposto padrão. A segunda garantia é que nós estamos constitucionalizando a obrigatoriedade do governo enviar a reforma sobre renda e patrimônio. O aumento da arrecadação de renda de patrimônio terá a redução do imposto sobre folha de pagamento como contrapartida.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/06/reforma-tributaria-coordenador-admite-que-debate-pode-se-estender-ate-14-de-julho.ghtml>

Prévia do IPCA fica perto de zero com alimentos e gasolina

Vitor da Costa

O IPCA-15 desacelerou com força e ficou perto de zero em junho. A **inflação** foi de 0,04%, bem abaixo da taxa de maio (0,51%), efeito da queda dos preços dos combustíveis e dos alimentos. Em 12 meses, o índice acumula alta de 3,4%, também menor que nos 12 meses encerrados em maio, abrindo espaço para a queda dos juros no segundo semestre, afirmam especialistas.

Entre os grupos, Transportes foi o que mais puxou o IPCA- 15 para baixo. Houve recuo de 0,55%. Além da gasolina (-3,4%), que teve o preço reduzido pela Petrobras em meados do mês, os demais combustíveis também ficaram mais baratos: óleo diesel (-8,29%), etanol (-4,89%) e gás veicular (-2,16%).

O preço do automóvel novo caiu 0,84%. O governo lançou um novo programa de incentivo ao carro popular este mês, que têm levado a descontos de R\$ 2 mil a R\$ 8 mil por unidade.

O grupo Alimentação e Bebidas também teve deflação em junho (-0,51%), após alta de 0,94% no mês anterior. A alimentação no domicílio saiu de uma alta de 1,02% em maio para -0,81% em junho, influenciada pelos recuos nos preços do óleo de soja, leite longa vida e carnes.

Já energia elétrica residencial e planos de saúde pressionaram o índice para cima, com avanço de 1,45% e 0,38%.

O coordenador dos Índices de Preços do FGV Ibre, Andre Braz, esperava uma queda maior nos preços dos carros: -O que veio mais tímido foram os automóveis novos, que apresentaram queda pequena ante a redução de **impostos**.

Para o índice de cheio de junho, a expectativa é que o IPCA registre deflação, com quedas maiores dos preços de automóveis. Braz calcula que a deflação possa chegar na casa de 0,25%. O efeito da queda dos preços de veículo deve aparecer em junho e julho.

A sócia e economista-chefe da Armor Capital, Andrea Damico, avalia que as altas mais intensas ocorreram em itens de aluguel e condomínio, o que não altera a

tendência de desinflação.

-Vai seguir a trajetória de desinflação e isso é o mais importante para o Banco Central.

O que é o fiel da balança são os núcleos (que excluem as maiores e menores variações de preços), que vêm caindo.

Na avaliação do economista da XP Alexandre Maluf, o resultado do IPCA-15 reforça a perspectiva de que desinflação no Brasil a partir de agora será lenta.

O economista-sênior do Inter, André Cordeiro, afirma a **inflação** no setor de serviços ainda recomenda cautela. Ele cita o caso das passagens aéreas, que aumentaram 10,7% - Há preocupação com setor de serviços, mas ele é mais rígido e menos sensível à política monetária.

3,4% foi a queda no preço da gasolina entre maio e junho. A Petrobras reduziu o preço do combustível na refinaria em 4,66% no último dia 15.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Uma reforma banguela - FÁBIO ALVES

FÁBIO ALVES

Após a apresentação do substitutivo da PEC da **reforma tributária** pelo relator na Câmara dos Deputados, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), até mesmo os analistas mais animados disseram ter um otimismo cauteloso sobre o seu impacto positivo na economia e nos preços dos ativos.

Diante da ofensiva de governadores e do lobby de diversos setores afetados pela reforma, as concessões ao texto vêm se avolumando a tal ponto que há um risco concreto de o otimismo cauteloso dar lugar a um ceticismo de que a proposta de mudança na **legislação tributária** deixará realmente para trás a estrutura esquizofrênica da cobrança de **impostos** no Brasil.

É verdade que, conceitualmente, se o Congresso somente conseguisse como avanço a simplificação do atual sistema tributário, haveria um ganho inegável de produtividade, uma vez que as empresas e outros contribuintes gastam muito tempo tentando ficar em dias com o Fisco. Sem falar na redução das disputas bilionárias com a **Receita Federal**.

Seja qual for a reforma aprovada neste ano, incertezas sobre o sistema tributário não vão desaparecer, pois só em 2024 ou em 2025 uma lei complementar irá detalhar o texto constitucional, fixando, por exemplo, os percentuais das alíquotas que serão praticadas em cada setor da economia. Também incomodam os dois períodos de transição para o novo sistema tributário, um para o fim dos cinco **tributos** (de oito anos) e outro para a distribuição da arrecadação (de 50 anos).

O que preocupa é que, mais uma vez, a negociação política entre os atores envolvidos parece caminhar para incluir mais regimes especiais, níveis de alíquotas e isenções, o que poderá resultar em um texto final frustrante por não ser tão enxuto e simples. Sem falar no difícil acordo com os governadores sobre o valor dos dois fundos que serão criados para compensar as perdas com a reforma.

Na Câmara, os deputados poderão até ignorar os pleitos dos governadores e pensar no eleitorado como um todo, inclusive quanto aos interesses corporativos para isenções.

Mas o Senado será bem mais sensível às demandas estaduais por autonomia na gestão da receita tributária. Se sair da Câmara um texto mais parecido

com a proposta original que começou a tramitar no Congresso, agradando ao mercado financeiro, há dúvidas se ele passaria intacto pelo Senado.

O presidente da Câmara, Arthur Lira, quer votar o texto antes do recesso parlamentar em julho. Parece um prazo bastante audacioso. Todavia, quanto mais demorar a votar, mais forte ficarão os lobbies e mais fraco um consenso para uma reforma bem-sucedida.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Acertar o passo para o futuro - ZEINA LATIF

ZEINA LATIF

Há uma combinação de dois fatores no horizonte que aumentam a urgência de reduzir o custo da folha nas empresas: a **reforma tributária** de criação do imposto sobre o valor adicionado (IVA) -passo fundamental para destravar o crescimento sustentado -e o inevitável avanço no uso de tecnologias modernas.

As novas tecnologias tendem a reduzir a oferta de vagas em atividades operacionais e repetitivas, que são mais facilmente substituídas por máquinas. A automação e a robotização, há décadas, já vinham reduzindo o trabalho de "chão de fábrica", enquanto as tecnologias digitais passaram a afetar bastante o setor de serviços. O uso de inteligência artificial é mais um passo nessa direção.

Os indivíduos com menor capital humano são os mais afetados. E as consequências sociais são óbvias, especialmente considerando que grande parcela da nossa força de trabalho está em ocupações de baixa qualificação.

O IVA também poderá impactar o mercado de trabalho. Ele tem como característica tributar o valor gerado em cada etapa do ciclo de produção de um bem ou serviço, de modo a eliminar a dupla tributação ou cumulatividade de **impostos**. Para isso, o sistema gera créditos tributários sobre todo tipo de insumo utilizado na produção de um bem ou serviço -inclusive itens como conta de consumo de energia, serviços de manutenção e aquisição de máquinas. Ao final, significa tributar o fruto do trabalho, seja de funcionários ou proprietários do negócio.

Como resultado, é provável que empresas optem por substituir pessoas por máquinas ou simplesmente ofereçam serviços ao estilo "faça você mesmo", para reduzir os preços finais ao consumidor e, assim, elevar a competitividade do seu produto - o que seria facilitado pelo uso de tecnologias modernas.

Exemplos seriam a redução do número de atendentes em restaurantes ou de caixas de supermercado.

Pesa o fato de os **impostos** sobre o consumo terem grande importância arrecadatória em um país com Estado grande. Significa que a alíquota do IVA será acima daquela observada na experiência mundial -

possivelmente 25%, ante 19% na OCDE, bem como no Chile e na Colômbia. Como a proposta de reforma ampliou muito a lista de produtos com tratamento diferenciado por isenções e taxaço reduzida, corre-se o sério risco de a alíquota ser superior ao imaginado.

É recomendável, pois, conter o crescimento de gastos públicos para, adiante, se reduzir a carga tributária. Além disso, será necessário aliviar tempestivamente a tributação sobre a folha, com foco nos salários mais baixos. É o que pretende o governo com as etapas subsequentes de **reforma tributária**.

O Congresso, por sua vez, irá atrapalhar esse caminho, caso renove a desoneração da folha para 17 setores. Trata-se de uma iniciativa de 2011, na gestão Dilma, de caráter temporário, com o objetivo de estimular o emprego, por meio da redução da contribuição previdenciária. Fosse uma medida permanente, para todos os setores, e com fonte de financiamento adequada, seria bem-vinda.

O governo **Temer** buscou, sem sucesso, eliminar essa política pública em 2017. Em 2018 foi feita a reoneração da folha de 39 dos 56 setores até então beneficiados, como compensação ao acordo com os caminhoneiros, após a grave paralisação.

Bolsonaro, por sua vez, renovou por mais dois anos a desoneração dos 17 setores restantes, que valeria até dezembro de 2021.

Isso apesar de evidências quanto à ineficácia da medida para gerar empregos -como a pesquisa do Ipea de 2018, além de outras tantas avaliando a experiência mundial.

Insistindo no erro, tramita no Congresso um Projeto de Lei que visa estender a desoneração até dezembro de 2027.

O atual desenho, com benefício a poucos, é medida equivocada, pois alimenta a complexidade do sistema tributário e fere o princípio de isonomia entre os setores - por exemplo, por que a fabricação de veículos é elegível, mas a de alimentos não? Além disso, por ser, em princípio, uma iniciativa temporária, tende a perder sua eficácia - por que uma empresa vai rever sua estrutura produtiva se o benefício pode ser eliminado em uma mudança de governo?

É importante frear iniciativas como essa que vai contra a intenção de reduzir a carga sobre a folha de forma ampla e definitiva.

Melhor trabalhar para coisas que valem a pena, para todos, e não para uns poucos e com uma fatura que pesa sobre os demais.

Notícias Relacionadas:

O GLOBO - ON LINE - RJ
Acertar o passo para o futuro

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Volkswagen suspende produção no Brasil de todos os modelos

Apesar dos incentivos do governo para aumentar as vendas de automóveis, a Volkswagen anunciou ontem que interrompeu temporariamente a produção em suas fábricas no Brasil. As atividades nas unidades de São José dos Pinhais (PR), São Bernardo do Campo e Taubaté (SP) foram paralisadas por causa da "estagnação do mercado", segundo a marca alemã.

(Do Autoesporte)

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Os dois turnos da fábrica de São José dos Pinhais estão suspensos.

O primeiro deles entrou em layoff e deve retomar em até cinco meses. O outro foi interrompido na segunda-feira e ficará parado até a próxima sexta-feira. O complexo produz o T-Cross e o Audi Q3.

Em Taubaté, os dois turnos responsáveis pela produção do Polo Track foram suspensos esta semana. O complexo no interior paulista também produzia a dupla Gol e Voyage, que foi descontinuada no início de 2023. A fábrica de São Bernardo do Campo entrará em regime de férias coletivas de dez dias a partir de 10 de julho, quando a produção de Virtus, Polo, Nivus e Saveiro será interrompida. A medida vale para os dois turnos.

Segundo a Volkswagen, as paralisações, layoffs e férias coletivas foram acordadas com sindicatos e funcionários.

As paralisações da Volkswagen acontecem no momento em que os incentivos do governo aumentaram em 260% as visitas às concessionárias no Brasil, segundo a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave).

A Volkswagen pediu R\$ 60 milhões em descontos de **impostos** ao governo para reduzir os preços de Polo, Virtus e Saveiro. O Polo é um dos carros mais vendidos este ano.

Na General Motors, foi aprovado layoff pelos metalúrgicos da unidade de São José dos Campos em assembleia na tarde de ontem. A medida pode atingir 1.200 trabalhadores, com duração de até dez meses, a partir de 3 de julho.

De acordo com a GM, o motivo é a queda na venda de veículos.

Relação sem ideologia com agro

Edla Lula

Ao anunciar, ontem, o Plano Safra 2023-2024 - para o qual serão disponibilizados R\$ 364 bilhões -, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enfatizou que o relacionamento entre o governo federal e o agronegócio não será pautado por questões ideológicas.

Segundo ele, apesar das diferenças no pensamento político em relação aos empresários do setor - em sua maioria apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro -, Lula afirmou que o interesse do país está acima de qualquer divergência.

"Se enganam aqueles que pensam que o governo pensa ideologicamente quando vai tratar de um Plano Safra. Se enganam os que pensam que o governo vai fazer mais ou vai fazer menos porque tem problemas ou não-problemas com o agronegócio brasileiro. A cabeça de um governo responsável não tem a pequenez de ficar insuflando o ódio entre as pessoas", afirmou.

O presidente assegurou que, assim como ocorreu nos governos anteriores do PT, a cada ano será anunciado um plano superior ao ano anterior. Para o do biênio 2023-2024, o montante de R\$ 364 bilhões representa um aumento de 27%, em relação ao ano passado, no volume de recursos para custeio, comercialização e investimento para médios e grandes produtores rurais.

Ao elogiar a atuação do ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, pelo processo de negociação do plano, Lula disse que "o governo não é um clube de amigos".

E enfatizou: "Uma única coisa unifica todos nós: provar a nós mesmos e ao povo brasileiro que este país pode ser do tamanho que a gente queira que seja. Pode ser pequeno se a gente pensar pequeno", disse.

Os juros para custeio e comercialização serão de 8% ao ano para produtores inscritos no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e de 12% ao ano para os demais. Em relação aos investimentos, as taxas de juros variam entre 7% e 12,5% ao ano, de acordo com o governo.

Já Fávaro ressaltou que o Plano Safra é um exemplo do que diz o slogan "União e Reconstrução" do atual governo. "Não interessa quem estava de um lado ou quem estava do outro nas eleições. Agora, é hora de governar para todos e de unirmos o Brasil", frisou.

O ministro voltou a condenar, com veemência, a manutenção da taxa básica de juros (Selic) em 13,75% ao ano. E disse que o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, precisa explicar, no Senado, a atual política monetária.

"Precisamos conhecer sua responsabilidade com o Brasil.

Uma das metas do Banco Central é manter o controle da **inflação**, o que tem sido alcançado com êxito. A política econômica está progredindo bem, enviando sinais cada vez mais fortes de que o controle da **inflação** é permanente.

Qual é a justificativa para uma taxa de juros básica, a Selic, em 13,75%?", indagou.

A indignação da Fávaro tem como razão a indefinição relacionada ao total a ser destinado, pelo Tesouro Nacional, para a equalização das taxas de juros cobradas no crédito rural. Até ontem à noite, os técnicos do Ministério da Fazenda ainda faziam as contas.

"O governo não consegue liberar um volume maior de equalização por causa dos custos, para o Tesouro, de uma Selic de 13,75% ao ano", lamentou Fávaro.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/06/28/all.pdf>

IPCA-15 estável em junho

Fernanda Strickland

Considerado uma prévia da **inflação** oficial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) permaneceu praticamente estável em junho, com alta de 0,04%, após ter subido 0,51% em maio. No resultado acumulado em 12 meses, o indicador chegou a 3,40% - resultado bastante próximo do centro da meta de **inflação** perseguida pelo Banco Central em 2023, de 3,25%, com teto em 4,75%. Os dados foram publicados, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O IPCA cheio, que mede a **inflação** oficial e serve de referência para a política de metas, será divulgado no início de julho.

A forte queda do IPCA-15 alimenta a expectativa de um corte iminente da taxa básica de juros, a Selic, como sugerido pelo Banco Central na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), também divulgada ontem.

Segundo o especialista em crédito internacional Luciano Bravo, o que está causando a desaceleração dos preços é a política monetária do Banco Central, apesar de ser criticada pelo governo e por setores empresariais.

"A política de manter os juros altos para proteger a economia de uma subida de **inflação**, como acontece nos Estados Unidos e na Europa, é o que causa essa desaceleração, porque obviamente afeta toda a cadeia de consumo. E com o consumo sob controle, o mercado não tem elevação de preços significativa", disse.

De acordo com a análise conjunta dos economistas do PicPay, Igor Cadilhac e Marco A. Caruso, de modo geral, a leitura qualitativa do indicador foi positiva. "É verdade que os núcleos de **inflação**, que estão sob maior observância do Copom, mostraram alguma piora na ponta, mas insuficiente, na nossa leitura, para descartar um corte da Selic em agosto", afirmaram.

"Qualitativamente falando, são várias as sinalizações de que a **inflação** apresentou uma boa composição: variação historicamente baixa da média dos núcleos (0,32%), que desconsideram do cálculo itens com maior volatilidade; a redução (de 64,31% para 50,68%) do índice de dispersão, que mede a proporção de itens com variação positiva no mês; e preços livres próximos de zero (0,07%)", observaram os

economistas do PicPay. Segundo eles, o próximo grande evento, olhando para o longo prazo, será a definição da meta de **inflação** dos próximos anos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), nesta quinta-feira.

Desaceleração

Os dados do IBGE mostram que a maior variação (0,96%) e o maior impacto de alta (0,14 ponto percentual) no IPCA-15 vieram do grupo habitação. O resultado é motivado pelo aumento das taxas de água e esgoto, bem como das tarifas de energia elétrica.

Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, seis tiveram alta em junho.

Entretanto, o que manteve o IPCA-15 estável foi o grupo de transportes (-0,55%), que, diante da queda do preço dos combustíveis, puxou a variação para baixo. A gasolina, que teve uma redução de 3,40%, foi o subitem com o maior impacto individual no IPCA-15 de junho. Além dos transportes, outros dois grupos de produtos registraram queda neste mês: alimentação e bebidas (-0,51%) e artigos de residência (-0,01%).

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/06/28/all.pdf>

Maioria no Copom vê corte dos juros em agosto se inflação continuar a cair

Nathalia Garcia

A maioria do Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central vê espaço para início de "processo parcimonioso" de corte de juros em agosto se a **inflação** continuar caindo, conforme ata publicada nesta terça (27).

O colegiado, no entanto, diz que a redução da taxa básica (Selic) exige confiança e que uma flexibilização prematura pode reacelerar a **inflação**.

Na sinalização de quais serão os próximos passos, houve divergência no colegiado do BC. Para um grupo minoritário mais cauteloso, ainda há dúvida sobre o impacto do aperto monetário implementado. Na avaliação desses membros, é necessário observar uma melhora na percepção das expectativas de **inflação** mais longas e acumular mais evidências de queda de preços.

Na quarta-feira (21), o Copom manteve, em decisão unânime, a Selic no patamar de 13,75% ao ano e deixou seus próximos passos condicionados aos dados, em **comunicado** classificado por analistas como mais conservador.

A decisão foi recebida negativamente pela equipe econômica, que interpretou o **comunicado** como um boicote ao governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em meio à cobrança de corte de juros para estimular a atividade econômica.

Já a ata desta terça foi vista de forma mais positiva pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda). Segundo ele, há um consenso em relação à trajetória da Selic. "Ficou claro que nós estamos no caminho certo", disse.

Para o titular da pasta econômica, a sinalização feita pelo BC em reconhecimento aos efeitos dos juros e levados e aos esforços fiscais do governo "é o mais importante".

Na ata desta terça, o Copom afirma que o Brasil se encontra em um segundo estágio no processo de desinflação, em que a velocidade da queda de preços é menor e que os núcleos de **inflação** (medida que busca minimizar a influência de itens de maior volatilidade) se reduzem também de forma mais lenta.

O BC pondera que, embora as expectativas de **inflação** tenham apresentado "algum recuo", elas continuam distantes em relação às metas definidas pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), "em parte em função do questionamento sobre uma possível alteração das metas de **inflação** futuras".

O colegiado, formado por Haddad, pela ministra do Planejamento (Simone Tebet) e pelo presidente do BC (Roberto Campos Neto), se reúne nesta quinta (29) em um encontro que pode mudar os rumos da política monetária.

Atualmente, as metas são 3,25% neste ano e 3% em 2024 e 2025, com intervalos de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

O Copom voltou a dizer que o comportamento das expectativas é um aspecto fundamental na dinâmica da **inflação**, visto que serve de guia para a definição de **reajustes** de preços e salários.

"Com a elevação de expectativas, há uma maior pressão para elevação de preços no período corrente e o processo inflacionário é alimentado por essas expectativas", diz.

Quanto ao fiscal, o colegiado do BC vê uma redução significativa da incerteza após a apresentação e a tramitação

do arcabouço fiscal. No entanto, diz que permanecem desafios para o cumprimento das metas estipuladas para o resultado primário.

Nesse trecho, a autoridade monetária faz um aceno ao governo ao citar que a discussão dos membros do comitê enfatizou "o comprometimento e a apresentação de medidas para a consecução de tais resultados".

O Copom, porém, repetiu o alerta de que a conjuntura demanda "cautela e parcimônia" e requer "paciência e serenidade" na condução da política de juros.

"O comitê unanimemente avalia que flexibilizações do grau de aperto monetário exigem confiança na trajetória do processo de desinflação, uma vez que flexibilizações prematuras podem ensejar

reacelerações do processo inflacionário e, conseqüentemente, levar a uma reversão do próprio pro -cesso de relaxamento monetário", diz o BC no documento.

A ata reafirma que os próximos movimentos dependerão da evolução da dinâmica dos preços, das expectativas de **inflação**, do indicador que mede a diferença entre o crescimento potencial da economia e o efetivo (chamado de hiato do produto) e do balanço de riscos.

Na análise da atividade econômica, a autoridade monetária diz que o conjunto de indicadores recentes sugere um cenário de desaceleração gradual. Antevê que, passado o maior crescimento da agropecuária no primeiro trimestre, em razão da sazonalidade da safra, o processo de moderação do crescimento em setores como indústria e serviços se aprofundará ao longo dos trimestres seguintes.

"O mercado de trabalho, que surpreendeu positivamente ao longo de 2022, tem apresentado certa resiliência, com aumento líquido nos postos de trabalho e relativa estabilidade na taxa de desemprego. Observou-se, entretanto, redução na taxa de participação."

No encontro, o comitê decidiu ainda elevar a estimativa de taxa de juros real neutra -aquela que não contrai nem estimula a economia- de 4% para 4,5% ao ano.

Entre os fatores que justificam esse aumento, os membros citam uma possível elevação das taxas de juros neutras nas principais economias, a resiliência na atividade brasileira coincidente a um processo lento de desinflação.

Alberto Ramos, diretor do grupo de pesquisa macroeconômica para América Latina do Goldman Sachs, diz em relatório que a ata do Copom trouxe uma perspectiva menos "hawkish" (menos dura).

Para ele, o Copom adotou um viés dependente de dados mais neutro. Somado ao fato de que a maioria dos conselheiros vê a possibilidade de um ponto de inflexão na reunião de agosto, isso sinalizou que, se o ambiente de **inflação** e o balanço de os riscos continuarem melhorando e a decisão sobre metas de **inflação** nesta semana não abalar o mercado, haverá uma redução nos juros. Ele prevê um corte de 0,25 ponto percentual.

O chefe de pesquisa macroeconômica da Kínitro Capital, João Savignon, também projeta um corte de 0,25 ponto em agosto. Para ele, o processo de queda das expectativas de **inflação**, que deve se manter

após a reunião do CMN, e o baixo nível da **inflação** corrente, que segue em desaceleração, reforçam o cenário para queda nos juros até a próxima reunião do Copom.

Na avaliação do economista-chefe da XP, Caio Megale, a ata mostra uma sinalização do Copom de que sua estratégia está aberta a um afrouxamento gradual do juros nos próximos meses.

"Ao mesmo tempo, ao reforçar o risco de uma flexibilização prematura e ao elevar a taxa neutra de juros, o Copom sinaliza que, sob as condições atuais, não vislumbra um ciclo intenso de corte de juros."

Já Sérgio Goldenstein, estrategista-chefe da Warren Rena, diz que a sinalização mais dura da ata foi observada na mudança da estimativa do comitê para a taxa de juros real neutra -um nível de taxa que não pressiona e não desacelera a **inflação**- de 4,0% para 4,5% ao ano.

"A mudança da estimativa se deu justamente num momento em que o processo de desinflação parece avançar de forma mais rápida, inclusive com desaceleração dos núcleos [que excluem preços de alimentos e energia]. Aparentemente, a ala mais conservadora do BC recorreu a esse expediente para balizar uma postura mais parcimoniosa na condução da política monetária."

Maurício Oreg, superintendente de pesquisa macroeconômica do Santander, escreveu um relatório intitulado "Afiando a faca" -em referência ao esperado corte da próxima reunião. Ele destaca que a ata deixa transparecer divergências entre os membros do Copom.

O banco revisou a projeção para a Selic ao fim de 2023, de 12,5% para 12,25%. "Seguimos antevendo um processo lento de flexibilização [...], oque significa que a economia brasileira ainda pode ter que conviver com juros de dois dígitos ao longo de todo o próximo ano", escreve.

Colaborou Marcelo Azevedo, de São Paulo

A continuação do processo desinflacionaria (...) pode permitir (...) iniciar um processo parcimonioso de inflexão na próxima reunião

Copom, na ata da reunião da semana passada

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50321&anchor=6479423&maxTouch=0&_ga=2.57706282.1421635523.1687143802-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd

=c41ad65ad6a9bd33b68488944567aa0e

Bolsa cai e dólar sobe após divulgação de ata e dados de inflação

Marcelo Azevedo

A Bolsa brasileira caiu e fechou abaixo dos 118 mil pontos nesta terça (27), enquanto o dólar subiu ante o real, após a divulgação da ata da mais recente reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) e dos dados de **inflação** medidos pelo IPCA-15 referentes a junho.

Apesar de a ata ter reforçado as projeções de corte na Selic em agosto, o que beneficiaria empresas brasileiras, a Bolsa foi afetada novamente por um movimento de realização de lucros.

Influenciou também o movimento a perspectiva de o dólar ganhar força ante o real num cenário de redução de juros no Brasil, diante do encurtamento da distância entre as taxas de juros brasileira e americana.

Com isso, o Ibovespa encerrou a sessão em queda de 0,60%, a 117.522 pontos, e o dólar subiu 0,62%, para R\$4,797.

A ata do Copom divulgada nesta terça mostrou que a maioria dos integrantes do comitê defende um corte de juros já em agosto, em sua próxima reunião, se a **inflação** continuar caindo. O colegiado afirma, porém, que a redução da Selic exige confiança e que uma queda de juros prematura pode reacelerar a **inflação** do país.

As apostas de uma redução de juros na próxima reunião do comitê, porém, foram mantidas e, agora, reforçadas pela divulgação da ata nesta terça.

A XP manteve sua projeção de um corte de 0,25 ponto percentual em agosto, seguido de cortes de 0,50 ponto nas próximas reuniões, até a Selic chegar em 12,00% no fim de 2023.

O chefe de pesquisa macroeconômica da Kínitro Capital, João Savignon, também projeta um corte de 0,25 ponto em agosto. Para ele, o processo de queda das expectativas de **inflação**, que deve se manter após a reunião do CMN (Conselho Monetário Nacional) nesta quinta (29), e o baixo nível da **inflação** corrente, que segue em desaceleração, reforçam o cenário para queda nos juros até a próxima reunião do Copom.

Com a indicação de corte de juros próximo, o dólar

reverteu as perdas do início do dia e passou a subir ante o real. A moeda brasileira tende a se beneficiar de juros mais altos, que oferecem maiores retornos para a renda fixa brasileira e, conseqüentemente, atraem recursos para o país.

O desempenho do real ante o dólar também foi impactado pelo cenário externo, sob temores de novas altas de juros em economias desenvolvidas.

Na semana passada, o presidente do Fed (Federal Reserve), Jerome Powell, disse que a batalha contra a **inflação** ainda não acabou e sinalizou que a autoridade monetária pode realizar mais uma subida nos juros neste ano. Além disso, o Banco da Inglaterra aumentou as taxas do país em 0,50 ponto percentual, acima do esperado pelo mercado.

"As notícias do cenário externo vêm na contramão. As autoridades estão preocupadas com a **inflação** nas economias centrais, que justificariam a **necessidade** de novas altas de juros na zona do euro e nos Estados Unidos. Por isso, as moedas emergentes estão sofrendo hoje [terça]", diz Cristiane Quartaroli, economista do Banco Ourinvest.

Ela cita, ainda, que a moeda também pode estar passando por uma correção após as fortes quedas registradas nas últimas sessões, que fizeram o dólar atingir seus menores valores em mais de um ano.

Boa parte do mercado acredita, porém, que, ainda que o Banco Central do Brasil comece o processo de cortes da Selic no futuro próximo, os juros reais (que descontam o IPCA) seguirão favoráveis à atração de investimentos, ainda mais num ambiente de queda da **inflação**. Portanto, ainda há espaço para queda da moeda americana no Brasil.

Nos EUA, os principais índices acionários se recuperaram após uma série de perdas recentes, depois que dados econômicos otimistas acalmaram preocupações de investidores sobre uma recessão iminente desencadeada pelos aumentos dos juros. O Dow Jones, o S P 500 e o Nasdaq tiveram alta de 0,63%, 1,15% e 1,65%, respectivamente.

Com Reuters

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50321&anchor=6479423&maxTouch=0&_ga=2.57706282.1421635523.1687143802-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=c41ad65ad6a9bd33b68488944567aa0e

Arminio Fraga Mexer na meta de inflação de 3% agora seria suicida

Nathalia Garcia

O economista Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central, vê uma eventual mudança nas metas de **inflação** na próxima reunião do CMN (Conselho Monetário Nacional), nesta quinta-feira (29), como "catastrófica" e defende que o alvo de 3% se torne um objetivo permanente a ser perseguido pela autoridade monetária em um horizonte aberto.

"O Brasil ainda estar caminhando em direção à meta, apesar de ser com um certo sacrifício, é bastante impressionante e não deve ser desperdiçado. Já que se fez esse esforço, ao meu ver correto, mexer na meta agora seria suicida", afirma à Folha.

Ele diz que os ganhos com a substituição do ano-calendário (modelo atual, em que a verificação sobre o cumprimento ou não da meta de **inflação** é feita ao fim de dezembro) por uma meta contínua (com um prazo móvel, desvinculada do ano fechado) seriam modestos, significando apenas um alinhamento à condução de política monetária já feita atualmente pelo Banco Central.

Na avaliação de Arminio, não seria uma grande perda extinguir a carta aberta que precisa ser apresentada pelo presidente do BC quando a **inflação** encerra o ano fora do intervalo determinado. Na visão do economista, a autoridade monetária já presta conta de sua atuação diversas vezes ao longo do ano.

*

Em sua visão, o alvo de 3% a partir de 2024 é adequado? Estou torcendo muito para que o Conselho Monetário Nacional mantenha os 3% e já declare que essa é a meta para um horizonte aberto. Para 2024, as expectativas em geral, mesmo a taxa de **inflação** implícita nos títulos do Tesouro, vêm convergindo [para a meta]. O BC deixou muito claro que os horizontes dele já migraram para o ano que vem e podem justificar uma trajetória talvez um pouco mais longa [de convergência]. Não vejo razão para alterar meta alguma.

Também seria negativa uma possível alteração no intervalo de tolerância? A função do intervalo de tolerância não é permitir um espaço discricionário não conectado com a dinâmica da economia. A banda é

uma forma de sinalizar o quanto a sociedade tolera de desvio da meta. O que está por trás dessa afirmativa é que o BC a curto prazo tem que lidar frequentemente com objetivos contraditórios.

Quando o choque é de oferta, ao mesmo tempo se tem um aumento de preços e uma redução no nível de atividade [econômica]. Nessas situações, é preciso que a sociedade de alguma maneira sinalize as suas preferências, o que é muito subjetivo. Se há um estreitamento ou um alargamento da banda, o sinal que está sendo dado é "estamos dispostos a aceitar alguma **inflação** no curto prazo para não penalizar demais o nível de atividade". Isso acontece em função das dificuldades que a economia tem em se ajustar instantaneamente, pois existem contratos e expectativas já consolidadas.

É equivocada a percepção do presidente Lula e dos membros do governo quando falam em mudança de meta de **inflação** para reduzir os juros? É uma ilusão, porque nem a curto prazo é possível conseguir isso. As expectativas vêm sendo domadas com grande dificuldade em boa parte em função da fragilidade das contas públicas. Nesse período recente houve também choques de ofertas relevantes, como a pandemia e a briga entre Estados Unidos e China. O decorrente reposicionamento de cadeias produtivas mundo afora pressiona custos. E tem o lado da demanda também. Acho que a partir daí o BC tem que fazer seus cálculos e agir. Para o ano que vem, as expectativas vêm convergindo, mas a política deve seguir restritiva por um bom tempo.

Penso que seria catastrófico mudar a meta de **inflação**, pois traria uma enorme incerteza, seria uma sinalização muito ruim. O governo já deu uma sinalização positiva, ainda que preliminar, na área fiscal. Tudo indica que esse arcabouço vai ser aprovado. Espero que seja só o início de um ajuste, que, aí sim, vai dar muito espaço para o Banco Central trabalhar e quem sabe voltar ao que tivemos durante os momentos áureos do teto, com juros reais na ponta longa da curva já abaixo de 4%. Seria extraordinário para o país, mas requer coragem e sangue frio. Outro tiro no pé seria expandirem demais os empréstimos dos bancos públicos, como foi feito no passado.

Quais outros prejuízos, além do aumento da incerteza, traria a mudança da meta? Manter a meta seria uma

conquista relevante para um país com a nossa história. Sobretudo em um período em que a responsabilidade fiscal foi abandonada, primeiro com a própria Lei de Responsabilidade Fiscal sendo repetidas vezes desrespeitada, e depois com a desmoralização do teto. O Brasil ainda está caminhando em direção à meta, apesar de com um certo sacrifício, é bastante impressionante e não deve ser desperdiçado. Já que se fez esse esforço, a meu ver correto, mexer na meta agora seria suicida.

A discussão sobre a substituição do ano-calendário pela meta contínua ganhou força. Essa seria, na visão do sr., uma consolidação da prática já adotada pelo BC hoje? Quais seriam os ganhos? Os ganhos seriam modestos. O ganho maior viria de se firmarmos 3% como meta permanente. Essa seria a grande vantagem. A questão da **inflação** anual, na prática, nunca teve muita importância. Não há BC que vá no segundo semestre jogar os juros para o céu para tentar chegar na meta no mesmo ano. Desde que começamos, a meta anual tinha dois objetivos, o primeiro era sinalizar uma trajetória de queda, que deu bastante certo no início. Depois, acidentes de percurso aconteceram. Mas, como sistema, diria que deu certo. O Brasil passou por inúmeros testes de estresse, mas o sistema sobreviveu. Uma vez que esses procedimentos se consolidaram, com pequenas variantes a partir de cada administração, vem ficando cada vez mais claro que o BC opera com o conceito de horizonte de atuação da política monetária. Hoje, por exemplo, o BC já sinaliza que está olhando para o final do ano que vem.

Então, o ano-calendário simplesmente dispara a carta do presidente do BC ao ministro da Fazenda prestando contas. Não tenho nada contra a carta, mas também não acho que seja tão essencial na medida em que o BC presta conta a cada Copom com bastante detalhe, depois quatro vezes por ano sai o relatório de **inflação** ainda mais detalhado, com estudos, e há também a presença obrigatória do presidente do BC no Congresso. Eu não mexeria na carta, mas a ideia de cartas frequentes não faz sentido.

Em relação ao prazo para verificação de cumprimento da meta, o que o sr. considera ideal? Seria, por exemplo, acompanhar o período de defasagem da política monetária? O que o BC pode fazer através da sua atuação [com a ferramenta taxa de juros] é contrair a demanda e assim ter algum impacto sobre as expectativas. De concreto, é isso. O BC precisa identificar se está diante de questões de oferta ou de demanda, se elas são temporárias ou permanentes e qual a sua dimensão. Esse exercício não é nada trivial. O BC não vai tratar as várias permutações da mesma maneira. Se for um choque negativo de demanda, o

BC tenta simplesmente compensar o choque reduzindo os juros para aumentar a demanda e vice-versa.

Quando a questão passa para o lado da oferta, o assunto fica mais complicado. A doutrina mais ou menos aceita hoje em dia que o impacto nos preços do choque de oferta deve ser acomodado, mas seus efeitos secundários não. Como o BC não tem certeza do tipo de choque que se trata, ele não deve acomodar plenamente o impacto do choque -para cima ou para baixo. Mas deve, sim, acomodar em parte e zelar para que as expectativas de **inflação** se mantenham ancoradas. Ou seja, no jargão, o BC suaviza o impacto do choque e, portanto, as flutuações da atividade.

Não tem nada que diga que o BC tem que esperar 18 meses [tempo estimado para que a política monetária atinja seus efeitos na economia]. É verdade que o impacto da política monetária é rápido, mas não é pleno, um prazo que ninguém sabe ao certo. Usa-se 18 meses, mas pode ser outro. Acho que esse prazo vem encolhendo dada a crescente velocidade de reação das expectativas, dos mercados financeiros, e também dos mercados de bens e serviços. Existe às vezes uma percepção errônea que sempre se deve trabalhar com 18 a 24 meses. A depender do ajuste necessário, pode ser mais ou menos tempo. Ou seja, não é licença para procrastinar.

O CMN deve determinar esse prazo de verificação ou deixar a definição a cargo do BC? Deveria deixar na mão do BC, que já tem essa preocupação. O BC tem que ser cuidadoso e não prometer mais do que pode. O BC não vai fazer a economia crescer mais rápido. Ela pode até se recuperar mais rápido, mas fazer crescer de forma sustentada depende de mais investimento, de mais produtividade, mais tecnologia, mais ideias, uma **reforma tributária**, uma reforma do Estado, uma revolução na educação, na saúde pública, no saneamento. O Brasil tem um espaço enorme para crescer, totalmente mal aproveitado.

Se o modelo das cartas for mantido, a depender do que for desenhado, o uso excessivo do instrumento pode levar a uma banalização? Seria mais um ingrediente [da prestação de contas], mas o fato é que o BC tem um sistema muito formal, muito arrumado, muito transparente. Acabar com a carta não seria uma grande perda.

O Sr defende que haja uma revisão do modelo de metas de **inflação** de tempos em tempos? Não vejo razão. Talvez algum ajuste técnico.

O BC deixou muito claro que os horizontes dele já migraram para o ano que vem e podem justificar uma

trajetória talvez um pouco mais longa [de convergência].

Não vejo razão para alterar meta alguma O governo já deu uma sinalização positiva, ainda que preliminar, na área fiscal. Tudo indica que esse arcabouço vai ser aprovado. Espero que seja só o início de um ajuste, que, aí sim, vai dar muito espaço para o BC trabalhar e quem sabe voltar ao que tivemos durante os momentos áureos do teto, com juros reais na ponta longa da curva já abaixo de 4%

Existe às vezes uma percepção errônea que sempre se deve trabalhar com 18 a 24 meses. A depender do ajuste necessário, pode ser mais ou menos tempo. Ou seja, não é licença para procrastinar

O Brasil tem um espaço enorme para crescer, totalmente mal aproveitado

Arminio fraga, 65 Economista pela PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) e doutor na área pela Universidade de Princeton, é sócio fundador da gestora Gávea Investimentos. Foi diretor-gerente do Soros Fund Management, empresa de investimentos do empresário George Soros (1993 a 1999), e presidente do Banco Central do Brasil (1999 a 2002). Fundou e preside os conselhos do Ieps (Instituto de Estudos para Políticas de Saúde) e do IMDS (Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social).

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50321&anchor=6479423&maxTouch=0&_ga=2.57706282.1421635523.1687143802-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=c41ad65ad6a9bd33b68488944567aa0e

BC passa a bola ao governo. (Editorial)

A exemplo do que já havia ocorrido em fevereiro, quando o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) também manteve a taxa básica de juros em 13,75% ao ano, o tom da ata foi mais ameno que o apresentado no **comunicado** divulgado após a reunião. Mas, pela primeira vez em sete trimestres, a autoridade monetária abriu a possibilidade de começar a reduzir os juros.

Como esperado, na ata, a autoridade monetária trouxe uma leitura mais atual sobre os cenários externo e interno.

A despeito da persistência da **inflação** global, os bancos centrais dos Estados Unidos e da Europa permanecem determinados a perseguir suas metas.

No Brasil, a economia segue em desaceleração gradual; as expectativas para a **inflação** deste ano e de 2024 recuaram, mas continuam acima das metas traçadas para ambos os períodos.

Foram outros os trechos da ata que mais chamaram a atenção dos analistas.

O primeiro é o fato de que o BC elevou a estimativa de taxa de juros real neutra de 4% para 4,5% ao ano - ou seja, o nível de juros que considera necessário para estabilizar os preços ao longo do tempo. Isso significa que o custo do processo desinflacionário subiu.

Como o BC argumentou, esse aspecto não é exclusividade do Brasil, mas é fato que as características inerentes à economia brasileira trazem mais dificuldades e lentidão para a contenção da **inflação**.

A ata também trouxe respostas aos que cobraram explicações para a manutenção da Selic em 13,75% ao ano, como o governo, o setor produtivo e uma parte do segmento financeiro. Mais do que justificativas contundentes, o BC reconheceu haver, entre seus próprios diretores, divergências sobre a melhor forma de conduzir a **inflação** à meta a partir de agora.

Enquanto uma parte do Copom ainda está cautelosa em relação aos próximos passos, sobretudo em razão dos componentes mais voláteis da **inflação**, a maioria dos diretores manifestou confiança para começar a reduzir os juros com parcimônia - trecho mais importante da ata, segundo avaliou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

A prévia da **inflação** oficial, o IPCA- 15 de junho, trouxe argumentos a favor das duas alas. O índice subiu pouco, apenas 0,04%, e três dos nove grupos de produtos e serviços registraram deflação, entre os quais Alimentação e Bebidas e Transportes, que tanto comprometeram o orçamento dos consumidores nos últimos meses. Mas os serviços, de forma geral, continuam muito resistentes, os núcleos seguem acima da meta e o preço das passagens aéreas, que contribuiu significativamente para reduzir o índice cheio em maio, voltou a subir, o que corrobora com um cenário de desaceleração mais lenta da **inflação**.

Se ainda há incertezas sobre a conjuntura inflacionária, o que é certo é que o governo pode colaborar muito nesse processo. Depois de receber vários recados nada amistosos por parte do presidente da República e de seus ministros, o BC usou a ata para dividir com eles a responsabilidade por domar o comportamento dos preços.

Na ata, a autoridade monetária deixou claro que "decisões que induzam à reancoragem das expectativas e que elevem a confiança nas metas de **inflação** contribuiriam para um processo desinflacionário mais célere e menos custoso, permitindo flexibilização monetária".

Em outro trecho do documento, o BC reconheceu o recuo nas expectativas de **inflação**, mas ponderou que elas seguem desancoradas, "em parte em função do questionamento sobre uma possível alteração das metas de **inflação** futuras".

Diferentemente do que o ministro Haddad declarou (que o documento do BC é o reconhecimento de que o País está no caminho certo na área fiscal), são esses os trechos mais importantes da ata. Neles, há um pedido ao governo para que não abuse da maioria que tem no Conselho Monetário Nacional (CMN) para alterar as metas e tolerar uma **inflação** mais alta no futuro. O órgão se reúne amanhã para reavaliar os objetivos de 2024 e 2025 e estabelecer o de 2026. A decisão do CMN pode definir a trajetória dos juros daqui para a frente. Espera-se que o governo tenha sabedoria para fazer sua parte.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Banco Central dá pista de que Selic pode ficar lá em cima por mais tempo

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

O Banco Central abriu a porta para uma redução dos juros em agosto, mas a ata divulgada ontem da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) subiu o chamado juro neutro da economia brasileira, que é aquele que não acelera nem desacelera a **inflação**. Isso significa, na prática, que o Banco Central está sinalizando juros altos por mais tempo para colocar a **inflação** sob controle.

A mudança não passou despercebida pela área econômica do governo, que vê na alteração um dos sinais mais importantes da ata, sem espaço para interpretação diferente.

A outra novidade foi a divergência entre os diretores - um grupo enxergando que o processo desinflacionário em curso pode permitir a queda da taxa Selic em agosto; outro, bem mais cauteloso. Há quem aposte que o presidente do BC, Roberto Campos Neto, esteja no primeiro grupo.

Na ata da reunião do Copom, o BC informou que a sua estimativa para a taxa de juros real neutra subiu de 4,0% para 4,5% ao ano. O BC apontou três principais razões para a subida: uma possível elevação das taxas de juros neutras nas principais economias do mundo, a resiliência da atividade econômica brasileira e um processo desinflacionário lento no Brasil.

Ao Estadão, o ex-diretor do BC Jose Julio Senna avaliou que a informação da elevação do juro neutro foi muito importante.

Para ele, significa a necessidade de ainda mais "parcimônia e cautela". "Na medida em que acreditam (os diretores do BC) que realmente subiu, não resta alternativa a não ser reconhecer isso. A rigor, é algo que eles têm amadurecido lentamente", diz o economista.

Ele destaca a "resiliência na atividade econômica, diante de um forte aperto monetário que já dura sete trimestres, e a lentidão do processo inflacionário".

O que isso significa? Para a **inflação** ceder, o BC diz que é necessário esfriar mais a economia.

"Se a atividade e a **inflação** demoram a ceder, talvez

seja porque o (juro) neutro subiu, e o aperto tem sido menos expressivo do que o imaginado" afirma. Senna pontua que estimativas recentes do Fed (o banco central americano) de Nova York não dão suporte à tese de que o juro neutro subiu nos Estados Unidos, mas aparentemente subiu na zona do Euro.

GASTOS EXTRAS.

No mercado, há uma leitura de que a desaceleração não está ocorrendo no ritmo esperado pelo BC.

Uma possível explicação é de que o governo resolveu gastar mais. Tanto o governo Lula quanto o do ex-presidente Jair Bolsonaro.

A reunião do Copom, na semana passada, foi polêmica. O BC manteve os juros em 13,75% ao ano, mas no **comunicado** que é divulgado em seguida à reunião não abriu as portas para a queda. Essa interpretação serviu de estopim para aumentar a queda de braço do governo com Roberto Campos Neto em torno do início do processo de queda de juros.

Embora o embate tenha contornos políticos, a discussão que cerca a polêmica sobre a política monetária é se o BC já colheu os efeitos que esperava para conter a **inflação** ou se precisa persistir mais um tempo com os juros em 13,75%.

Nesse caso, o risco que é apontado por integrantes do governo é a desaceleração do crescimento e aumento do desemprego.

O que está em jogo, segundo auxiliares do presidente Lula, é a redução ainda mais acentuada da atividade econômica e, conseqüentemente, do mercado de trabalho.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Prévia da inflação em junho fica em 0,04%, diz IBGE

DANIELA AMORIM RIO

A queda nos preços dos combustíveis desacelerou a prévia da **inflação** oficial do País em junho. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) saiu de uma elevação de 0,51%, em maio, para uma variação de 0,04% neste mês - a menor taxa mensal desde setembro de 2022, segundo os dados divulgados ontem pelo IBGE. Considerando apenas os meses de junho, o resultado foi o mais baixo desde 2020.

Como consequência, a taxa acumulada em 12 meses desacelerou de 4,07% para 3,40% no período, completando, assim, 13 meses seguidos de redução e alcançando o menor patamar desde setembro de 2020.

"O resultado de junho reflete dois fatos pontuais. O primeiro, e mais facilmente medido, é a redução nos preços da gasolina, diesel e gás de cozinha anunciada pela Petrobras no mês passado. O segundo é o programa do carro popular, cuja medida provisória foi publicada no dia 6 de junho", afirmou Felipe Salles, economista- chefe do C6 Bank, em comentário.

"Na nossa visão, a **inflação** acumulada em 12 meses atingirá seu patamar mínimo em junho, e voltará a subir a partir de julho." O chamado índice de difusão, que mostra a proporção de itens pesquisados com aumentos de preços, recuou de 64%, em maio, para 51% na medição prévia de junho - "mostrando um movimento mais disseminado de arrefecimento dos preços", disse João Savignon, chefe de pesquisa macroeconômica da gestora de recursos Kínitro Capital.

A equipe econômica do governo defende que a redução da **inflação** abre espaço para o Banco Central cortar a taxa básica de juros, que está hoje em 13,75%. A próxima reunião para a avaliação da Selic está marcada para o início de agosto.

VARIAÇÕES.

Em junho, três dos nove grupos de produtos e serviços que integram o IPCA-15 registraram quedas de preços: Transportes (-0,55%), Alimentação e bebidas (-0,51%) e Artigos de residência (-0,01%).

O custo da alimentação no domicílio recuou 0,81% em junho.

As famílias pagaram menos pelo óleo de soja (-8,95%), frutas (-4,39%), leite longa-vida (-1,44%) e carnes (-1,13%).

Após nova queda, as carnes já acumulam uma redução de preços de 4,56% no ano. Por outro lado, houve altas em junho no caso do ovo de galinha (2,04%) e do pão francês (0,72%). A alimentação fora do domicílio também subiu: 0,29%.

Em transportes, os preços dos combustíveis caíram 3,75%. A gasolina recuou 3,40%, subitem de maior alívio no IPCA-15 (-0,17 ponto porcentual).

Houve cortes também em óleo diesel (-8,29%), etanol (-4,89%) e gás veicular (-2,16%).

Variação

3,75% foi a queda média de preços dos combustíveis pela prévia do IPCA

0,81% foi a redução do custo de alimentação no domicílio, com destaque para o óleo de soja (-8,95%) e as frutas (-4,39%)

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Alta da inflação engoliu a renda e provocou salto da inadimplência

Na avaliação de especialistas, vários fatores combinados contribuíram para a aceleração da inadimplência no cartão de crédito. Boanerges Ramos Freire, presidente da Boanerges Cia, consultoria especializada em serviços financeiros, destaca a ressaca que houve por conta da pandemia e da alta da taxa básica de juros (Selic) como motivos que levaram ao aumento da inadimplência. "Não foi tanto a deterioração do emprego, mas da renda corroída pela **inflação**", observa o consultor.

Já o economista-chefe da Serasa Experian, Luiz Rabi, considera que o principal fator para o aumento da inadimplência foi a disparada da **inflação**.

"Quando a **inflação** acumulada em 12 meses em setembro de 2021 passou de 10%, e permaneceu nesse patamar até setembro de 2022, o estrago foi brutal na renda familiar", lembra ele.

O total de inadimplentes, não apenas no cartão, saiu de 62 milhões, em setembro de 2021, para 71 milhões em maio deste ano. "Esse número foi puxado principalmente por bancos e cartões", afirma.

LIQUIDEZ.

Outro fator que turbinou o crédito no cartão e, conseqüentemente, levou à alta da inadimplência foi o aumento da liquidez de recursos com a expansão dos benefícios sociais por causa da pandemia, observa o vice-presidente executivo da Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviços (Abecs), Ricardo Vieira.

"Como houve um empocamento da liquidez, o sistema como um todo ficou muito menos rigoroso na concessão", diz.

De acordo com as regras do Banco Central, tudo o que não é pago no vencimento vai para o rotativo. Após um mês, esse montante tem de ser parcelado (como crédito pessoal). No rotativo, o calote bateu em março deste ano em 52,12% - é o patamar mais elevado da série, que começou em março de 2011. Em abril deste ano, a inadimplência recuou um pouco, para 51,75%, apontam os dados do BC.

Ao sair do rotativo, após 30 dias, os valores vão para outra conta, cuja inadimplência estava em 8,65% em

abril. Nesse caso, é o maior resultado mensal desde setembro de 2012 (8,67%) - e está mais de dois pontos acima do de abril de 2022 (6,3%).

"Não pensamos em limitar o parcelado sem juros nem em tabelar os juros do cartão" Marcos Barbosa Pinto Secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda

"Quando a **inflação** passou de 10%, o estrago na renda foi brutal" Luiz Rabi Economista-chefe da Serasa Experian

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

CMN deve manter intacta governança monetária (Editorial)

Areunião de amanhã do Conselho Monetário Nacional (CMN) -que reúne os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, do Planejamento, Simone Tebet, e o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto -é aguardada com ansiedade no mercado financeiro. Está na pauta a discussão das metas de **inflação** de 2024, 2025 (ambas hoje em 3%) e 2026. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva já declarou ser favorável a aumentar a meta, por acreditar que isso aliviaria a necessidade de manter os juros altos para debelar a **inflação**.

Lula não está apenas errado. A pressão que faz sobre o BC também prejudica seu objetivo. É até possível defender academicamente metas mais altas de **inflação**, mas, neste momento, com a discussão politicamente contaminada pelo próprio Lula, elas realimentariam a expectativa inflacionária dos agentes financeiros, forçando o BC a praticar juros ainda maiores para cumpri-las. A ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC é didática ao apontar o risco: "As expectativas de **inflação** apresentaram algum recuo, mas seguem **desancoradas**, em parte em função do questionamento sobre uma possível alteração das metas de **inflação** futuras".

Felizmente, Haddad e Tebet parecem convencidos de que não é o momento de rediscutir as metas. Depois que a ata deixou claro estar próximo o horizonte para queda dos juros, a expectativa para a reunião é outra. Espera-se que o CMN mude apenas a regra de avaliação. Em vez de estipular que o objetivo seja atingido levando em conta a **inflação** de janeiro a dezembro, cogita-se adotar um prazo mais elástico.

Haveria uma meta não anual, mas contínua. É o que acontece noutros países com sistema de metas inflacionárias (de 36, 29 adotavam prazo superior a um ano, em geral entre 18 meses e três anos, constatou estudo dos economistas Klaus Schmidt-Hebbel e Martín Carrasco).

Haddad defende que também o Brasil alongue o período para cumprimento da meta. De acordo com ele, isso evitaria choques abruptos nas taxas de juros e permitiria combater surtos inflacionários com mais suavidade. Caso o CMN decida estender o prazo, porém, isso contribuiria para semear dúvidas.

Ninguém sabe como a tal meta contínua funcionaria na prática. Hoje o presidente do BC é obrigado a se justificar, por meio de carta pública ao ministro da Fazenda, caso a **inflação** anual fique fora do intervalo de tolerância. Qual seria o formato de prestação de contas em caso de meta contínua? Persistiria a carta anual? Ou haveria carta sempre que a **inflação** no período de 12 meses ficasse além ou aquém da meta? Nada disso está claro.

Em razão disso, o CMN deveria ser cauteloso e manter intacta a atual governança monetária. Evitaria, assim, solavancos na percepção positiva do mercado. Se o governo quer mesmo a queda dos juros, o principal objetivo da reunião de amanhã tem de ser evitar deteriorar as expectativas. Mesmo mudanças aceitáveis, como estender o prazo das metas, não deveriam ser adotadas se houver risco de realimentarem a **inflação**. Nos termos da ata do Copom: "Flexibilizações do grau de aperto monetário exigem confiança na trajetória do processo de desinflação, uma vez que flexibilizações prematuras podem ensejar reacelerações do processo inflacionário e, conseqüentemente, levar a uma reversão do próprio processo de relaxamento monetário".

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Haddad destaca sinalização de risco fiscal afastado

Jéssica Sant'Ana, Fabio Murakawa e Guilherme Pimenta De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que a sinalização de que parte dos integrantes do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) quis sinalizar possível queda da taxa Selic em agosto mostra que a harmonização entre as políticas fiscal e monetária está próxima.

"O Brasil está com uma trajetória fiscal sustentável e, portanto, a harmonização da política fiscal com a monetária, que é algo que eu defendo desde dezembro, eu acredito que possa acontecer brevemente", disse o ministro a jornalistas.

Haddad destacou que essa sinalização mais clara de que o risco fiscal estaria afastado foi o trecho mais importante da ata. Ele afirmou, ainda, que há um "consenso em relação à trajetória próxima das taxas de juros".

"Acho que ficou claro que nós estamos no caminho certo", disse.

Na semana passada, o ministro havia criticado o tom do **comunicado** do Copom, interpretado pelo governo e pelo mercado como mais duro. Ontem, a diferença entre os dois documentos foi alvo de queixas da ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet.

"A impressão que eu tenho, já não é de agora, é a terceira, é que o **comunicado** é feito por um órgão e a ata por outro. Porque vem um **comunicado** "hard" e a ata é "soft".

Não dá para entender. Por que estressar o Brasil, criar atritos desnecessários?", questionou a ministra, após o lançamento do Plano Safra, no Palácio do Planalto.

Mais tarde, ela reforçou críticas ao participar de uma plenária sobre o Plano Plurianual (PPA).

"Quando [a Selic] foi a 13,75% no ano passado, a **inflação** era de 10%. Hoje o juro real passa de 9%.

Não é possível que dentro de realidades tão distintas continuaríamos a discutir taxas de juros a partir do ano que vem numa hipótese de que a **inflação** tende a dar uma ligeira acelerada no segundo semestre", disse a

ministra.

Ex-senadora, Tebet defendeu que o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, fosse convocado para dar explicações ao Congresso.

"Eu, me despindo por dois minutos da minha função de ministra e voltando ao momento em que fui senadora, eu, num caso desse, convocaria o presidente do BC", disse Tebet, que se destacou em temas econômicos no Senado durante seu mandato, entre 2015 e 2022. "Mas não acredito que vai ser necessário." Horas após a declaração da ministra, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou requerimentos para ouvir Campos Neto a respeito da decisão de manter a taxa Selic em 13,75%. Em abril, ele esteve no colegiado para falar sobre o mesmo tema. Diferentemente de uma convocação, um convite pode ou não ser atendido pela autoridade.

Apresentaram requerimentos convidando o presidente do BC os senadores Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), Ciro Nogueira (PP-PI), Plínio Valério (PSDB-AM) e Rogério Marinho (PL-RN). Ao Valor, o presidente da CAE, Vanderlan Cardoso (PSD-GO), disse que Campos Neto sempre se colocou à disposição da comissão e que acredita que a aprovação do arcabouço fiscal acelerará a queda dos juros. "Ele demonstrou disposição de vir ao Senado quantas vezes fossem necessárias", afirmou Vanderlan.

- "Quando [a Selic] foi a 13,75% no ano passado, a **inflação** era de 10%" Simone Tebet

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187587>